


“VASTIDÃO DOS GENTIOS BÁRBAROS”: CAMINHOS E FRONTEIRAS ENTRE O MARANHÃO E O BRASIL (1680-1700)

 *Rafael Chambouleyron*^{1;2}

 *Pablo Ibáñez-Bonillo*^{3;4}

 *Vanice Siqueira de Melo*^{5;6}

1 Universidade Federal do Pará. Belém – Pará – Brasil.

2 Doutor em História (2005). Professor Associado da Faculdade de História e Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará. E-mail: rafaelch@ufpa.br.

3 Universidade Nova de Lisboa. Lisboa – Portugal.

4 Doutor em História de América pela Universidad Pablo de Olavide (Sevilla, Espanha, 2016), em cotutela com a University of Saint Andrews (UK). Atualmente é investigador integrado no CHAM-Centro de Humanidades, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Editor da revista *Americania. Revista de Estudios Latinoamericanos*, publicada pela Universidad Pablo de Olavide (Sevilla, España). E-mail: pbonillo@fchsh.unl.pt.

5 Universidade Federal do Oeste do Pará. Santarém – Pará – Brasil.

6 Licenciada, Bacharela e Mestre em História pela Universidade Federal do Pará, onde, atualmente, cursa o doutorado em História Social da Amazônia, com financiamento da bolsa Prodoutoral (CAPES/UFOPA). É docente do curso de História da Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: vanice.melo@ufopa.edu.br.

RESUMO

Durante a maior parte do século XVII, a comunicação entre o Estado do Maranhão e o Estado do Brasil foi limitada pela inexistência de um caminho estável por via terrestre. Nas últimas duas décadas desse século, os governadores do Maranhão trataram de melhorar essa comunicação com a exploração das regiões interiores e a abertura de um caminho baseado no conhecimento dos povos indígenas que ali moravam. Com esse fim, organizaram-se expedições de reconhecimento e ativaram-se diferentes estratégias para o controle do território, tais como o descimento dos indígenas e o uso da guerra justa. Este artigo estuda esses projetos a partir da documentação colonial. Leva em conta a influência dos índios na transformação das fronteiras coloniais e as motivações que os administradores tiveram para esse empreendimento, até a virada do século XVIII.

PALAVRAS-CHAVE

Estado do Maranhão – Estado do Brasil – índios – fronteiras – século XVII.

“MULTITUDE OF BARBARIAN INDIANS”: PATHS AND FRONTIERS BETWEEN MARANHÃO AND BRAZIL (1680-1700)

ABSTRACT

Communication between the State of Maranhão and the State of Brazil was limited for most of the seventeenth century by the inexistence of a road by land. In the last two decades of this century, the governors of Maranhão tried to improve this communication by exploring the interior regions and by opening a path based on the knowledge of the indigenous peoples that lived there. For such purpose, expeditions were organized and different strategies for territorial control were activated, such as the descent of indigenous peoples and war. Based on colonial documentation, this article studies these projects, addressing questions about the influence of Indians on the transformation of colonial boundaries and the motivations that authorities had for this endeavor, up to the beginning of the eighteenth century.

KEYWORDS

State of Maranhão – State of Brazil – frontiers – Indians – Seventeenth century.

1. Introdução

Em agosto de 1685, três meses depois de chegar ao Estado do Maranhão para pôr fim à revolta dos moradores da cidade de São Luís, o governador Gomes Freire de Andrade escrevia ao rei uma carta em que dava conta do que tinha se ocupado depois de pacificada a capitania. Procurando informar-se da terra, Freire de Andrade determinou-se a descobrir o “que em si eram e continham” os rios Munim e Itapecuru, na capitania do Maranhão, uma vez que, até então, “se não tinham penetrado, nem sabido as partes de onde traziam o seu curso”. Para isso, relatava, dispôs que se buscasse o “gentio” que habitava o rio Itapecuru. Alguns principais indígenas lhe informaram da existência de três “povoações de brancos” e se queixavam da perseguição que “lhes faziam os de mais longe”, que julgava Freire de Andrade serem os paulistas. Por essas notícias, e baseado também em outras “bem fundadas conjecturas e pelo juízo de alguns cosmógrafos”, lhe pareceu que duas das “povoações de brancos” deviam ser a da Bahia e a de Pernambuco.

Consultando ainda com os “práticos” e pessoas “de melhor nota” da cidade de São Luís, pareceu a todos ser muito conveniente “se descobrirem aqueles sertões”. De fato, explicava em sua carta, havia notícia de que estrangeiros tiravam madeiras por um rio que desaguava na costa do Ceará; também, se dizia haver minas de metais e pedras pelos sertões. Finalmente, segundo o governador, os moradores da ilha de São Luís teriam “terras por onde se alargassem, ficando possíveis os socorros de um para outro Estado e o comércio de ambos”⁷.

7 A carta de Gomes Freire de Andrade (São Luís, 15 de agosto de 1685) está incluída em: Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, 10 de janeiro de 1696. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Maranhão (Avulsos), caixa 9, doc. 906. Em novembro de 1686, o Conselho Ultramarino fez consulta ao rei sobre outra carta semelhante do governador escrita em agosto de 1686. Cf.: Sobre a conta que dá o g.^{or} Gomes Freire de Andrada de varias notícias que tomou p.^a penetrar no certoã. 12 de novembro de 1686. AHU, códice 274, ff. 50-50v. Sobre a primeira carta de Freire de Andrade, cf.: ROLIM, Leonardo Cândido. *A rosa dos ventos dos sertões do norte: dinâmicas do território e exploração colonial (c.1660-c.1810)*. 2018. 197 f. Tese (Doutorado em História Eco-

Referia-se aqui Freire de Andrade à possibilidade de contato por via terrestre entre as duas províncias da América portuguesa, o Estado do Maranhão e o Estado do Brasil, separados por uma fronteira difusa, tanto do ponto de vista territorial como do ponto de vista administrativo. Ao longo do governo de Freire de Andrade (1685-1687) e, depois de um intervalo de quase dez anos, a partir de 1694, autoridades do Estado do Maranhão e do Estado do Brasil buscaram um caminho que permitisse a comunicação e o comércio entre os dois estados.

O descobrimento do caminho do Brasil, como se chamava a partir do Estado do Maranhão, se inscreve num contexto mais amplo de expansão da sociedade e da economia coloniais desse território, tanto a leste quanto a oeste, a partir da segunda metade do século XVII. A menção ao descobrimento dos sertões que permitiria o alargamento das terras dos moradores da capitania do Maranhão, na carta de Freire de Andrade, nesse sentido, não é fortuita.

A exploração das regiões interiores e o estabelecimento de rotas de comunicação estável foi um elemento de importância estratégica na colonização do Brasil, como já tem sido ponderado pela historiografia clássica⁸. Porém são poucos os trabalhos focados no estudo das fronteiras interiores entre as capitanias da América portuguesa, entendidas estas regiões como os espaços onde interagiam atores pertencentes a distintas entidades administrativas (capitanias, Estados)⁹. A relativa insignificância dessas fronteiras (ou desse aspecto das fronteiras) contrasta com a sólida produção historiográ-

nômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. p. 54-55.

8 ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. Brasília, DF: Senado Federal, 1998; HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

9 STUMPF, Roberta Giannubilo. *Filhos das minas, americanos, portugueses: identidades coletivas na capitania das minas gerais (1763-1792)*. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 240-251; SILVA, Edna Mara da. Território, conflito e acomodação na demarcação dos limites entre Minas Gerais e São Paulo, 1790-1820. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. *Anais Eletrônicos* [...]. Florianópolis: Anpuh, 2015. p. 1-11. Disponível em: <https://bit.ly/3tFke4d>. Acesso em: 30 nov. 2019; SOUZA, Sueny Diana Oliveira de. *Usos da fronteira: terras, contrabando e relações sociais*

fica referente a outras modalidades de fronteira durante o período colonial, como o estudo das relações políticas e econômicas nas fronteiras externas¹⁰; as lutas e negociações nas regiões onde os portugueses encontraram resistência indígena¹¹; e as complexas dinâmicas de fronteira onde conviveram vários atores europeus e indígenas¹². O presente artigo pretende assim analisar o estabelecimento do primeiro caminho através das fronteiras (teóricas e difusas) interiores

no Turiaçu (Pará-Maranhão, 1790-1852). 2016. 208 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016; ROLIM. Op. Cit.

¹⁰ Para uma discussão recente, cf.: CHAVES, Otávio Ribeiro. *Política de povoamento e a constituição da fronteira oeste do Império Português*: a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII. 2008. 285 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008; CARVALHO, Francismar. *Lealdades negociadas*: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII). São Paulo: Alameda, 2014; GÓMEZ GONZÁLEZ, Sebastián. *Frontera Selvática*: españoles, portugueses y su disputa por el noroccidente amazónico, siglo XVIII. Bogotá: ICANH, 2014; REITANO, Emir; POSSAMAI, Paulo (org.). *Hombres, poder y conflicto*: estudios sobre la frontera colonial sudamericana y su crisis. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2015; PRADO, Fabrício Pereira. *Edge of empire*: Atlantic networks and revolution in Bourbon Rio de la Plata. Oakland: University of California Press, 2015; BRITO, Adilson. *Insubordinados sertões*: o Império português entre guerras e fronteiras no norte da América do Sul: estado do Grão-Pará, 1750-1820. 2016. 588 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016; BASTOS, Carlos Augusto. *No limiar dos impérios*: a fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Província de Maynas: projetos, circulações e experiências (c.1780-c.1820). São Paulo: Hucitec, 2017; VILARDAGA, José Carlos. *Fronteiras instáveis e alianças cambiantes*: a ocupação colonial do Guairá e as relações entre Villa Rica del Espíritu Santo e São Paulo de Piratininga entre os séculos XVI e XVII. *Revista de Indias*, Sevilha, v. 79, n. 277, p. 659-695, 2019.

¹¹ Cf., por exemplo: MONTEIRO, John. *Negros da terra*: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994; LANGFUR, Hal. *The forbidden lands*: colonial identity, frontier violence, and the Persistence of Brazil's Eastern Indians, 1750-1830. Palo Alto: Stanford University Press, 2006; RESENDE, Maria Leônia Chaves; LANGFUR, Hal. *Minas expansionista, Minas mestiça*: a resistência dos índios em Minas Gerais do século do ouro. *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, v. 9, p. 79-103, 2008.

¹² Cf., por exemplo: MEIRELES, Denise Maldí. *Guardiães da fronteira*: Rio Guaporé, século XVIII. Petrópolis: Vozes, 1989; FARAGE, Nádía. *As muralhas dos sertões*: os povos indígenas no rio Branco e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Anpocs, 1991; GARCÍA, Elisa Frühau. *Conquista, sexo y esclavitud en la cuenca del Río de la Plata: Asunción y São Vicente a mediados del siglo XVI*. *Americanía*: Nueva Época, Sevilha, v. 2, p. 39-73, 2015.

entre o Maranhão e o Brasil, num momento de expansão econômica e consolidação das instituições coloniais no Estado do Maranhão¹³.

Esse processo permitiu, no Maranhão, o descobrimento não só de novos espaços que seriam ocupados pela pecuária ao longo da primeira metade do século XVIII¹⁴, mas também, por parte dos portugueses, o descobrimento de uma miríade de povos indígenas dos sertões interiores das fronteiras entre o Maranhão e o Brasil. Povos contra os quais os portugueses do Maranhão desencadeariam uma série de conflitos com o fim de “desinfestar” as terras para a entrada do gado¹⁵. O descobrimento do caminho do Brasil significava, portanto, não somente descobrir os sertões, mas igualmente conhecer as suas gentes, o que seguramente abriu as portas para o domínio português nesses territórios interiores ao longo da primeira metade do século XVIII.

Esta experiência se fez sentir igualmente em outras regiões das capitânicas do norte do Estado do Brasil, região que se pretendia atingir com o caminho que saíria de São Luís do Maranhão. Nos últimos anos, tem-se desenvolvido uma importante produção bibliográfica sobre a expansão territorial a partir de Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Norte, Paraíba, Ceará ou Piauí. Nesses trabalhos se analisam com detalhe diferentes aspectos sobre a exploração de novos terri-

13 A esse respeito, cf.: CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém: Açaí, 2010; CAETANO, Antonio Filipe Pereira. “Para aumentar e conservar aquelas partes [...]”: conflitos dos projetos luso-americanos para uma conquista colonial (Estado do Maranhão e Grão-Pará, séculos XVII-XVIII). *Revista Estudos Amazônicos*, Belém, v. 6, n. 1, p. 2-20, 2011; ARENZ, Karl Heinz; MATOS, Frederik Luiz Andrade de. “Informação do Estado do Maranhão”: uma relação sobre a Amazônia portuguesa no fim do século XVII. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 175, p. 352-354, 2014.

14 ALVEAL, Carmen de Oliveira. *Converting land into property in the Portuguese Atlantic world, 16th-18th century*. Tese (Doutorado em História) – Department of History, Johns Hopkins University, Baltimore, 2007; ROLAND, Samir Lola. *Sesmarías, índios e conflitos de terra na expansão portuguesa no vale do Parnaíba (Maranhão e Piauí, séculos XVII e XVIII)*. 2018. 259 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

15 Para o século XVIII, cf.: MELO, Vanice Siqueira de. *Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII)*. Curitiba: Prismas, 2017.

tórios e o estabelecimento de novas relações econômicas e culturais com a paisagem e com as populações indígenas¹⁶.

16 A respeito desse processo, cf., por exemplo: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Pecuária, agricultura de alimentos e recursos naturais no Brasil-colônia. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História econômica do período colonial*. 2. ed. revista. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 123-35; NEVES, Erivaldo Fagundes. *Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*. 2003. 435 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003; VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. *Entre paredes e bacamartes: história da família no sertão (1780-1850)*. Fortaleza: Demócrito Rocha; São Paulo: Hucitec, 2004; JESUS, Mirian Silva de. *Abrindo espaços: os "paulistas" na formação da capitania do Rio Grande*. 2007. 120f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007; SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. 2010. 433 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010; SILVA, Rafael Ricarte da. *Formação da elite colonial dos Sertões de Mombaça: terra, família e poder (século XVIII)*. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010; SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco elas vilas açucareiras nos séculos XVII e XVIII*. Recife: Cepe, 2010; ALVEAL, Carmen; SILVA, Thyego Franklin. Na ribeira da discórdia: povoamento, políticas de defesa e conflitos na capitania do Rio Grande (1680-1710). In: POSSAMAI, Paulo (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil: estudos de história militar na Idade Moderna*. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 235-249; SILVA, Rafael Ricarte da. *A capitania do Siará Grande nas dinâmicas do império português: política sesmarial, guerra justa e formação de uma elite conquistadora (1679-1720)*. 2016. 264 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016; SILVA, Mairton Celestino da. *Um caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do estado do Maranhão e Piauí, 1600-1821*. 2016. 302 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2016; ALENCAR, Júlio César Vieira de. *Para que enfim se colonizem estes sertões: a Câmara de Natal e a Guerra dos Bárbaros (1681-1722)*. 2017. 244 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017; CRUZ, Carlos Henrique Alves. *Tapuias e mestiços nas aldeias e sertões do Norte: conflitos, contatos e práticas "religiosas" nas fronteiras coloniais (1680-1761)*. 2018. 316 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, 2018; SILVA, Victor André Costa da. *Guerra Justa e desterritorialização: os índios e as novas configurações espaciais na Capitania do Rio Grande (c. 1680-1720)*. 2020. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020; LEITE, Ristephany Kelly da Silva. *O regresso dos Paiaku: deslocamentos e agências indígenas entre as Capitanias do Rio Grande do Norte e Ceará (1700-1768)*. 2020. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020; DIAS, Patrícia de Oliveira. *Entre os rios dos sertões*. Guerra e territorialização nos

A partir do contexto de expansão das fronteiras internas da América portuguesa, o objetivo deste artigo é o de discutir as implicações da expansão portuguesa pelos sertões orientais do Estado do Maranhão, em direção ao Estado do Brasil. Nesse sentido, o texto está dividido em três partes. Em primeiro lugar, se analisa uma jornada de João Velho do Vale ao sertão, em busca do caminho do Brasil, a mando de Gomes Freire de Andrade, que permitiu esquadriñar os povos desses espaços. Em segundo lugar, se examina o segundo intento de estabelecimento desse caminho, durante os governos de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho (governador do Maranhão) e de dom João de Lencastre (governador do Brasil). Finalmente, o artigo analisa as guerras contra os índios que se seguiram a essa primeira expansão.

O argumento deste texto é que o descobrimento do caminho do Brasil, o “descobrimento” dos povos dos sertões orientais do Maranhão, bem como as guerras que lhes foram feitas, ainda no século XVII, constituem, por um lado, dimensões de um processo de expansão da sociedade e da economia maranhenses, que começa já na década de 1670. Por outro lado, esse primeiro ímpeto em direção ao oriente do Maranhão preparará o terreno para a agressiva expansão pelos sertões do leste e sul do Maranhão e do Piauí, ao longo da primeira metade do século XVIII. Nesse processo, as populações indígenas ocuparam um espaço central e determinante, atuando como informantes, guias e aliados dos exploradores portugueses, mas também como inimigos que obstaculizaram a pretensão colonial de comunicação, uma “vastidão de gentios bárbaros” que tinha as suas próprias agências e estratégias. Estes grupos adquiriram uma longa experiência de contato com colonos e sertanejos durante o século XVII. A abertura (ou o fechamento) do caminho dependeu, pelo menos em

sertões dos rios Piranhas-Açu e Jaguaribe (1654-1750). 2021. 238 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, 2021.

parte, dessas agências indígenas e das decisões dos intermediários políticos dos portugueses, como estudaremos também neste artigo.

2. *A jornada de João Velho do Vale*

Convencido da necessidade de descobrir o caminho para o Brasil, o governador Gomes Freire de Andrade, procurando “assentar confiança nos tapuias”, resolveu valer-se de “um João Velho do Vale”, que nos anos anteriores tinha desenvolvido uma relação de confiança com os indígenas da região. Tratava-se de um “homem bem quisto entre eles, e com bastante inteligência, e alguma na sua língua”, qualidades que deveriam ser suficientes para “fazer as pazes com as aldeias a que eles o levassem”¹⁷. As ordens de Freire de Andrade procuravam o acordo para a redução dos indígenas e seu estabelecimento no rio Itapecuru, optando assim por uma via pacífica e negociada como estratégia para abrir o tão almejado caminho ao Brasil através da rota do rio Parnaíba (“Paraguassu” nas fontes da época), até onde já tinha chegado em 1679 uma tropa dirigida por Vital Maciel Parente¹⁸.

Desta maneira, João Velho do Vale iniciou a sua expedição no dia 10 de novembro de 1685. Durante os meses seguintes, protagonizou uma extraordinária viagem, da qual deixou testemunho escrito numa

17 As informações de Gomes Freire de Andrade estão numa carta escrita de Belém, em 23 de agosto de 1686, anexa a: Consulta da Junta do Maranhão ao rei D. Pedro II, 2 de dezembro de 1686 (AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 762). Algumas consultas, como esta, foram equivocadamente identificadas no Projeto Resgate como sendo do Conselho Ultramarino. Entretanto, trata-se, na verdade de consultas realizadas por uma junta constituída pelo rei, em 1684, para tratar de problemas específicos do Maranhão (a identificaremos como Junta do Maranhão). Dela participavam diversas autoridades do reino. A esse respeito, cf.: MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza e. O Regimento das Missões: poder e negociação na Amazônia portuguesa. *Clío*, Recife, v. 27, n. 1, p. 52-54, 2009.

18 O padre Serafim Leite menciona uma carta inédita do religioso Pier Luigi Consalvi sobre esta expedição. Nela teriam feito contato com os Caribúes, Caicaíçes, Aindoduçes, Guaçinduçes, Critices e os Anapurus. Depois de um mês e meio, os expedicionários temiam que faltassem as provisões e os remeiros padeciam enfermidades, pelo que optaram por voltar, calculando que as nascentes do rio Parnaíba ainda estavam longe (LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. v. 3).

relação de grande valor histórico. Por muitos anos, a relação deu-se por perdida, mas na década de 1980 foi devidamente identificada entre os papéis avulsos da Capitania do Maranhão no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, pelo pesquisador João Renôr de Ferreira Carvalho¹⁹. Posteriormente, este autor transcreveu e publicou a relação, junto com um estudo introdutório em que pondera a importância do documento, e analisa com detalhe as informações sobre as populações indígenas e a atuação de João Velho do Vale entre elas²⁰.

A viagem de Velho do Vale iniciou-se no engenho do capitão Bernardo de Seixas Coutinho, localizado no rio Munim. Este engenho parece ter sido um ponto de encontro entre os portugueses e os distintos grupos indígenas que até lá chegavam para trocar produtos e informações. Desde os primeiros anos da conquista portuguesa, várias testemunhas enfatizavam a diferença cultural entre os Tupinambá da costa e os habitantes dos rios Itapecuru, Mearim e Munim²¹. O nomadismo (e a aparente falta de civilização) destes povos converteu-se num tópico frequente das narrativas coloniais sobre a região, representada como um espaço com potencial de exploração

19 A relação está incluída em: Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, 11 de outubro de 1687. (AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 781).

20 CARVALHO, João Renôr Ferreira de. *Jornada de João Velho do Valle em Reconhecimento dos Rios Itapecuru, Monim, Mearim e Paraguassu (1685-1687): fazendo acordos de paz com as nações: Caicaí, Guareti, Guanaré e Charuna*. Teresina: Editora UFPI, 2015. John Monteiro fez uso de transcrições parciais previamente publicadas por Carvalho. Cf.: MONTEIRO, John. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org.). *Índios no Brasil*. Brasília, DF: Ministério da Educação e do Desporto, 1994. p. 105-120.

21 Uma das primeiras testemunhas após a conquista portuguesa assegurava que o "gentio" situado entre os rios Munim e Itapecuru "é em tudo diferente do gentio da terra, porque vivem em sobrados, comem pão de zaburro e não usam da farinha de mandioca, nem de arcos e flechas, e por divisa criam barbas como os Portugueses, e por isso os circunvizinhos os chamam de Barbados [...] (SILVEIRA, Simão Estácio da. Relação summaria das cousas do Maranhão. *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. 19, p. 124-154, 1905. p. 131). Algumas décadas depois, Maurício de Heriarte referia-se nos seguintes termos aos indígenas do Itapecuru: "Os índios que infestam este rio são Cururisos, Oroatisos, Imajanazes, todos de corso, que não têm casas, aldeias, nem roças, nem estão em um lugar" (HERIARTE, Maurício de. *Descrição do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas* [década de 1660]. Viena: C. Gerold, 1874. p. 12).

(sobretudo para o cultivo de açúcar), mas ameaçada por perigosos ataques por parte dos indígenas. Este temor pelos "índios de corso", como eram chamados alguns destes grupos, eclipsou ao longo do século XVII o real convívio que também existiu entre colonos, missionários e indígenas.

Da mesma forma, a insistência na diferença cultural e na selvageria destes povos obscureceu também as fontes da época e dificultou a identificação étnica e linguística dos povos da região. Em seu famoso mapa etnolinguístico, Curt Nimuendajú não atribuiu filiação linguística a grupos como os Caicai, Uruati, Guanaré ou Anapuru²². A relação escrita por João Velho do Vale enfatiza a importante diversidade étnica da região e, ao mesmo tempo, oferece indícios sobre a existência de interações regionais, das quais participariam diversos grupos. As interações sociais registradas na relação de Velho do Vale incluem, pelo menos: visitas entre membros de diferentes aldeias indígenas, para as quais parece que existiam casas onde acolher aos hóspedes²³; a possibilidade de produção de excedentes para comércio supralocal²⁴; e o cativeiro de crianças capturadas nas guerras²⁵.

Entre os participantes dessas redes de relações encontravam-se os Caicai, principais aliados de João Velho do Vale no início da sua viagem no mês de novembro de 1685. Foi como resultado da sua in-

22 NIMUENDAJU, Curt. *Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes*. Brasília, DF: Iphan, 2017.

23 Referindo-se aos Guaretis, escreve: "Vinte e cinco do mês chegou a minha gente Caícaí e GuáGuá Cudoti mandou pelos irmãos agasalhá-los numa casa que têm de hóspedes de alguns oitenta palmos de comprido e quarenta de larga. Estivemos ainda oito dias nesta aldeia" (AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 781, f. 19v da relação; CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Op. Cit., p. 88).

24 Ainda sobre os Guaretis: "Têm um grande tanque donde botam a mandioca a amolecer, depois tiram-lhe a casca, põem-na ao sol e pisam em pilões e fazem carimã, de que fazem os bolos que comem. Podem vender mantimento a todos os outros" (AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 781, f. 18v; CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Op. Cit., p. 86). Também há referências à compra e venda de pessoas.

25 Também sobre os Guaretis: "E chamando uns poucos de rapazes que eram dez e sete raparigas e pondo-os diante de mim me disse (que) lhe perguntasse cujos filhos eram. Responderam que dos barbados chotis e que em guerra dos Guaretis foram tomados e cativados" (AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 781, f. 17v da relação; CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Op. Cit., p. 85).

termediação que o explorador conseguiu estabelecer relações com os Guareti, na figura do principal Coq.m (Kôquem, segundo a transcrição de Carvalho)²⁶. Na verdade, Velho do Vale ocupou desde então uma posição intermediária entre os Caicai e os Guareti, negociando a colaboração dos dois grupos para a implementação de seus projetos de redução. Ele não esqueceu durante aqueles meses que seus principais anfitriões eram os Caicai e tentou não provocar desconfianças entre eles, motivo pelo qual decidiu não aceitar os primeiros convites dos Guareti para visitá-los. Ao mesmo tempo, porém, manipulou as rivalidades e desconfianças que já existiam entre uns e outros. Assim, investiu nas suas relações com os Guareti de costas para os Caicai, e mentiu quando foi preciso para gerar dúvidas entre os dois grupos.

Não era à toa que Velho do Vale tinha ganhado experiência na intermediação com os distintos grupos indígenas nos anos anteriores, e sentia-se à vontade entre eles. Nas páginas da sua relação achamos provas de uma grande confiança em sua própria capacidade, a qual se traduzia em ameaças e falas desafiantes. Também em oferecimentos para ajudar a seus aliados indígenas nas suas guerras contra os seus inimigos. A atitude do mediador português parece ter sido bem recebida pelos diferentes principais dos Caicai e Guareti, durante as primeiras semanas da expedição, quando membros destes grupos permaneceram reunidos na região do rio Munim. Desta forma, como indica o autor da relação,

ajuntaram-se os Principais Guá-Guá Cudoti, Aáta, Cúrúru, Ynaguá, a par de mim tornando-me a abraçar que não cabiam em si com alegria. E me propuseram que estimavam muito as pazes que o senhor General lhe enviava, que agora viveriam com mais sossego e fora de todo o receio.²⁷

26 CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Op. Cit., p. 59.

27 AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 781, f. 2 da relação; CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Op. Cit., p. 60.

Como explicavam os Guareti, tinham deixado as suas terras de origem por causa das represálias portuguesas aos assaltos que os Barbados Ronxés “e outras nações” davam “nos currais dos brancos daquela parte”. De fato, uma tropa de brancos tinha-lhes castigado nos tempos em que os principais eram os “pais e avós destes que são os que hoje governam”. Aquela tropa ignorou suas petições de paz, “matando os machos e cativando mulheres e meninos”, pelo qual tiveram que fugir e se estabelecer “na borda da mata do Itapecuru”. Não muito longe moravam os Guachinaré, a “quatro dias da sua aldeia e outra também de Guachinarés, outros quatro dias desta primeira aldeia, os quais eram seus compadres. Estavam vivendo com muita amizade”²⁸. Os Guareti aparecem na fonte como um grupo que mantinha relações sociais com seus vizinhos, especialmente visíveis com os Caicai²⁹. Em face deles, os grupos descritos como “Barbados” constituíam na região uma alteridade aparentemente mais conflituosa e violenta nos tempos da expedição.

Depois de vários dias de confraternização, Velho do Vale continuou a sua viagem até a aldeia dos Caicai. Partiram no dia 14 de dezembro,

os machos levando às costas um troço de pau de cinco palmos de roda e seis de comprimento levando-o numa carreira tomando-o uns das costas dos outros sem descansarem até chegarmos à aldeia donde achamos o Principal Ynáya Merim.³⁰

28 AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 781, ff. 2-2v da relação; CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Op. Cit., p. 60-61.

29 Os Caicai tomaram cuidado de preparar o recebimento aos principais dos Guareti: “acharam os Caicaizes que ali não era paragem suficiente para os recebermos por o campo ser sujo de carrasquinhos e não terem lugar para os receber a seu uso com danças e carreiras para o que marchamos duas léguas e nos aposentamos. Neste dia por tarde chegaram os Guaretis com mulheres e filhos. Recebemo-los com muita festa que houve de parte a parte, de bailes a seu uso e grandes urros acompanhados com três tiros que disparei sobrecarregados”. AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 781, f. 1v da relação; CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Op. Cit., p. 59.

30 AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 781, f. 3 da relação; CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Op. Cit., p. 62.

Ali o português teve a oportunidade de visitar as “roçarias” dos arredores. A aldeia era formada por 25 casas com um campo no meio. Em cada uma das casas viviam de oito a dez casais. O grupo permaneceu na aldeia durante vários dias, durante os quais Velho do Vale viu a sua mobilidade seriamente comprometida. Um dos principais Caicai, chamado de Queriquiyu, pediu-lhe

que não saísse da aldeia para fora em eles irem que não queriam me sucedesse alguma coisa e que ficassem eles culpados, não que me fizessem os Guaretis nenhum agravo, mas que andavam Urú-atis e Anaperús e outras nações pelos campos e me poderia suceder algum mal sem eles poderem valer.³¹

Essas advertências revelam que, na realidade, a posição de João Velho era bem menos privilegiada do que ele supunha. Quando pediu permissão para acompanhar um grupo que se dirigia até o rio Parnaíba, recebeu uma nova resposta negativa por parte dos seus anfitriões, de novo com um argumento sobre a sua segurança. Mas desta vez, o explorador insistiu: “pois eu não vim cá a ver estes campos nem a comer peixe. Eu sou mandado a fazer pazes com o gentio que por estas partes vivem para fazer que sejam compadres dos brancos e filhos da Igreja”³². Os Caicai finalmente aceitaram a sua partida, colocando-o sob a proteção do indígena Marúgu, que devia conduzi-lo até a aldeia do principal Jabothy Cará, também Caicai. Lembraram-lhe, isso sim, “que se eu tardasse me houveram mandar buscar”. Com esta solução, mantinham Velho do Vale sob controle e impediam as suas negociações com outros grupos indígenas.

No dia 28 de janeiro, João Velho do Vale finalmente chegou aos campos do rio Parnaíba, onde se produziu o encontro com um novo grupo indígena, os Charuna (ou Echaruna). Diante da desconfiança

31 AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 781, f. 4 da relação; CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Op. Cit., p. 63.

32 AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 781, ff. 6-6v da relação; CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Op. Cit., p. 66.

que estes mostraram em sua presença, o explorador tentou comunicar as suas boas intenções, valendo-se “desse pouco que sabia já de sua língua”. Porém a comunicação não foi fácil e de novo precisou da intermediação dos Caicai para garantir o entendimento com os Charuna³³. Como lamentava João Velho, em outra ocasião: “a mim me faz grande falta o não me saber bem explicar com estes bárbaros porque apenas sou meio língua da sua língua que tem o mal de ser travada e não geral”³⁴. Superadas as desconfianças iniciais, os Charuna relataram que vinham fugindo dos temidos Barbados Ronxés, representados como um grupo muito numeroso, antropófago e que atemorizava os outros grupos dos rios Itapecuru, Munim e Parnaíba. Estes Barbados eram especialmente temidos por terem, segundo o relato

33 As diferenças linguísticas constituíam um problema real para os administradores coloniais, como tinha advertido Freire de Andrade nas suas comunicações com a Corte, segundo o relato da Junta do Maranhão, que praticamente transcreve a carta do governador: “e suposto que de presente um João Velho do Vale que por minha ordem entrou a descobrir alguns sertões daquela capitania tem achado que o gentio, que sempre se entendeu ser de corso, está aldeado em distâncias que se avizinham muito às nossas povoações, e tem assentado pazes com algumas nações: são estes bárbaros de língua travada sem luz da geral, e primeiro os missionários se hão de instruir nela, depois os hão de reduzir de brutos a homens, e de gentios a católicos do que estejam capazes de servir ao povo, para o que se necessita de tempo largo, e de despesas grandes”. Consulta da Junta do Maranhão ao rei D. Pedro II, 2 de dezembro de 1686 (AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 763).

34 “Mas os CaíCaízes me têm ajudado mui bem a este negócio com louvarem muito aos brancos, assegurando-lhe muito a nossa boa paz e amizade, pelo que nos louvam com muitas mentiras das grandezas que em nós não há, com o que está todo este gentio fora do receio que tinham dos brancos” (AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 781, f. 12 da relação; CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Op. Cit., p. 76).

de Velho do Vale, cães domesticados³⁵ que empregavam nas suas lutas na floresta para revelar a posição dos inimigos ocultos no mato³⁶.

A presença ameaçante dos Barbados foi usada por Velho do Vale como uma possibilidade para estreitar a aliança com os indígenas, como já tinha tentado anteriormente. Assim, repetiu o seu oferecimento de ajuda militar aos Charuna para exterminar aos Barbados. Sua proposta revela com certa clareza os matizes da estratégia de Gomes Freire de Andrade para a abertura do caminho ao Brasil: a aliança e redução de determinados grupos indígenas (para o que seria imprescindível a colaboração de missionários) e, ao mesmo tempo, o extermínio físico dos inimigos destes indígenas. Com este duplo movimento, pretendia-se a incorporação definitiva daquela região de fronteira. Nas palavras de Velho do Vale: "vereis como logo se colham estes campos de brancos e índios nossos compadres em vossa ajuda destruindo e matando os vossos contrários, não deixando pessoa viva e tudo destruindo a sangue e fogo"³⁷.

Com aqueles oferecimentos, ganhou a confiança dos Charuna e, principalmente, dos seus principais Ajuráguassú, Uxó, Amãquitaguá e Colary. A estes perguntou por uma das informações que mais tinha interessado ao governador Freire de Andrade no momento de planificar a expedição: as notícias sobre a presença de brancos ins-

35 O Caicai Marúgu falou assim a Velho do Vale: "Filho, vamo-nos. Não temos direito com esta gente. Tu não conheces esta nação de gentio. É muita e mui guerreira. E ninguém se lhe esconde porquanto têm cães [cais] tão bem ensinados que descobrem as emboscadas e os que se ocultam os descobrem. E seguem a gente pelo faro latindo até que seus senhores os alcançam e os matam. E é gente que não dá quartel porque tudo o que matam e apanham comem que são muito amigos da carne humana e são tantos que secam naquele dia em que se aposentam a água por grande que seja que ficam sem água para beber" (AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 781, f. 8v da relação; CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Op. Cit., p. 69-70).

36 Talvez uma apropriação de práticas europeias. As apropriações por parte dos indígenas, também incluíam as armas de fogo. Os habitantes do litoral do Ceará, por exemplo, "trazem entre si algumas espingardas, e chegados a terem a destreza destas armas dificultosamente os havemos de sujeitar, e ainda sofrer". Consulta da Junta do Maranhão ao rei D. Pedro II, 2 de dezembro de 1686 (AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 763).

37 AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 781, f. 8 da relação; CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Op. Cit., p. 69.

talados no rio Parnaíba. Os indígenas verificaram estas informações e ainda chamaram sete Guachinaré que tinham escapado de “uma grande tropa de brancos e índios”, para que contassem mais detalhes. Segundo os testemunhos dos indígenas, os brancos do Paraguassú (Parnaíba) moravam num lago que

na língua dos gentios de lá se chama Guiyató [...] que levam muita cou-rama de gado e tabacos e que toda a escravaria é tapanhuna [africana]. E que no lago está uma povoação grande de muita gente. Que as casas são de taipa e a cobertura de palha tecidas em canas que chamam taboquinhas rachadas. E que têm fortalezas e soldados, caixas de guerra. E que há frades do cercilho pequeno e as coroas largas. E que tocam sinos. E que têm muitos porcos, cabras e muitas cavalgaduras e grandes currais de gado e muito gentio manso com batoques pequenos e outros sem eles.³⁸

A descrição oferecida pelos indígenas superava em muito o que era previsível para um acampamento de paulistas. Remetia, melhor, a uma vila ou cidade, como aquelas que os portugueses tinham levantado na Bahia, em Pernambuco ou no Ceará. Nesse sentido, os informantes indígenas adicionaram que um Felipe Coelho

viera por um rio que lhe chamam Jaguaribe com uma tropa do Ceará e dera nos Guaretis um bom açoite e que descera pelo rio Pirangi e fora cortando por baixo das serras de Ibiapaba e dera nos Guacões [...] e se fora pela Costa para o Ceará.³⁹

Não foi esta tropa a que capturou os Guachinaré, mas outra, dirigida por uns cabos chamados Pedro e Francisco, os quais colocaram “libambos” (correntes) no pescoço dos indígenas. Como indica João Renôr, tem-se notícias de “sertanistas” como Domingos Afonso Ser-

38 AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 781, f. 9 da relação; CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Op. Cit., p. 71.

39 AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 781, f. 10 da relação; CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Op. Cit., p. 73.

tão (o Mafrense) ou Domingos Jorge Velho operando na região do rio Parnaíba na segunda metade do século XVII, sendo possível que algum deles participasse nesta tropa escravista. De qualquer modo, os homens que capturaram os Guachinaré tentaram fazer o mesmo com os famosos Barbados Ronxés, aos quais sitiaram na sua aldeia. Porém estes eludiram o cerco e fugiram, como também fariam mais tarde os mesmos Guachinaré após quebrarem seus “libambos”.

Aquelas notícias confirmavam, então, as suspeitas que havia em São Luís sobre a presença de brancos nas regiões interiores da capitania do Maranhão, além dos rios Munim e Itapecuru. As entradas daqueles portugueses eram tanto uma ameaça quanto uma oportunidade para os moradores de São Luís, que almejavam, fazia anos, o estabelecimento de uma rota terrestre que conectasse seus mercados com os do Piauí (que ainda não existia como capitania, de qualquer modo) e os outros do norte do Brasil⁴⁰. Ciente da magnitude daquelas notícias, João Velho prometeu toda a ajuda que fosse precisa aos Charuna e Guaretis para seu descimento no Itapecuru, garantindo segurança e ferramentas metálicas se eles aceitassem as pazes que lhes oferecia o governador do Maranhão. Decidiu também escrever a Gomes Freire de Andrade para informar sobre o estado da sua jornada. Numa carta, datada em 31 de março de 1686, Velho do Vale anuncia: “levo comigo uns índios que encontrei, os quais vinham fugidos do Brasil e quero que V.S. os faça praticar para que veja como estamos perto daquelas conquistas”. Esta carta foi entregue por índios Cai-

40 Ambição também compartilhada pela Junta do Maranhão: “Pareceu que o grande [...] e cuidado com que o governador Gomes Freire de Andrade se tem havido neste descobrimento merece muito particularmente a real atenção de V.M.; porque não pode haver outro mais útil para a segurança e comercio do estado do Maranhão, que poder-se comunicar com tanta facilidade como prometem os avisos de Gomes Freire, não ainda com a Bahia mas com Pernambuco, por ser a navegação do mar para uma e outra parte muito larga e arriscada por razão das correntes da costa e ser muito mais larga, e arriscada a que algumas vezes se intentou por terra e que em um ou outro caso de se ter conseguido o descobrimento ou de se não ter desvanecido a esperança dele”. Consulta da Junta do Maranhão ao rei D. Pedro II, 2 de dezembro de 1686 (AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 762).

cai, os quais viajaram até o engenho de Bernardo de Seixas Coutinho para comprar “fumo”.

Durante as semanas seguintes, foi mantida uma interessante correspondência entre o governador e o explorador, copiada na relação da jornada de João Velho do Vale, que confirmou as notícias sobre os brancos⁴¹. Parece que as cartas demoravam pouco tempo para atravessar a distância entre São Luís e as posições de Velho do Vale no sertão, o que demonstra tanto a prioridade que as missivas tinham para os correspondentes como a relativa proximidade entre a capital do Estado do Maranhão e aquelas regiões que se tinham por fronteiras. Nas suas cartas, João Velho comemorava seus progressos, mas insistia em que todo ganho era provisório e dependia da sua continuidade na região, devido à variabilidade no temperamento dos indígenas, aos quais definia como desconfiados. Para não lhes ofender, pedia ao governador que por favor lhes atendesse bem e aceitasse seus presentes (*potava*) de legumes, batatas e jerimuns quando estes fossem a São Luís⁴². Nas cartas se fala também do interesse mútuo em identificar potenciais recursos, como pedras ou certas cascas, circulando amostras entre a fronteira e a capital. Também um dos indígenas que tinha fugido do Brasil foi enviado a São Luís para ser interrogado, com a ajuda de uma intérprete⁴³. A troca de missivas,

41 Numa carta posterior escreve ao governador: “Também tenho comigo os índios que encontrei fugidos do Brasil que são da nação Guachinaré e dizem que vem uma estrada do Brasil à povoação que está no Paraguassú, aonde vivem brancos com muitos gados e tapanhunos” (AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 781, f. 12v da relação; CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Op. Cit., p. 78).

42 “Os Principais Ynayá e Tatá hão de ir ver a V.S. pelo rio Itapecuru a levar-lhe a potava de legumes, batatas e jerimuns. V.S. lhe os aceite pelo amor de Deus e senão estamos perdidos que o tomarão em grande desprezo e não hão de dar a paz por segura. Isto vai em satisfação das ferramentas, facas e velórios que V.S. lhe mandou por mim que irá a buscar mais” (AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 781, f. 12 da relação; CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Op. Cit., p. 77).

43 Nas palavras do governador Freire de Andrade desde São Luís: “A negra de João Aleixo está quase expirando, ainda assim a fiz vir diante de mim a praticar particularmente o tapuia que fugiu do Brasil. As notícias que ele deu estando só são as que constou-se no papel (que) remeto a V.Mc.e se tivéramos quem bem o praticasse, mais se poderia saber dele, porém a negra entendeu melhor do que entende a língua geral e ainda que se explica com ele, não se explica conosco”. Participaram também outros intérpretes: “segundo temos entendido por outras línguas que

por outra parte, se fazia por meio dos Caicai, mas também por meio de um “cafuzo” de confiança que acompanhara a João Velho na sua viagem, o qual demonstrou uma grande habilidade no seu papel de intermediário naqueles meses.

Foi assim que, no mês de abril de 1686, João Velho de Vale estava já no processo de “fazer pazes” com vários principais dos Guareti, Caicai e Guachinaré. Idealmente, eles deveriam se instalar perto das posições portuguesas, abandonando o seu suposto nomadismo e seu comportamento imprevisível com o gado, os escravos e a cana dos moradores. Limpo o terreno dessas hostilidades dos indígenas, haveria só que estabelecer um caminho permanente. João Velho escrevia ao governador: “Temos três estradas até o Rio Paraguassú, onde vivem estes Charunas por onde se pode muito bem vir a cavalo passar às terras de Ibiapaba porque estes Charunas são compadres da gente da serra”⁴⁴.

Os Charuna, portanto, eram o último elo para assegurar a comunicação com a serra de Ibiapaba e, desde ali, com a costa do Brasil. Ganhando a sua amizade, haveria múltiplas possibilidades de colonização: “a paz e a conversão deste gentio nos serve para muito, porque podem os padres passar às serras e daí ao Ceará e se podem descobrir muitos haveres”⁴⁵.

Gomes Freire de Andrade concordava com aqueles cálculos, afirmando “que é de grandes utilidades a este Estado que haja comunicação com a tal terra”⁴⁶. Para dito fim, se iniciaram os preparativos para a redução dos grupos aliados e até se consideraram estratégias

todos os que sabiam alguma coisa vieram dar sua penada” (AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 781, f. 16 da relação; CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Op. Cit., p. 83).

44 AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 781, f. 12v da relação; CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Op. Cit., p. 78.

45 Ibidem.

46 AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 781, f. 13v da relação; CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Op. Cit., p. 79. Em outro lugar, ressaltou a importância do “conhecimento dos sertões que quase tudo nos está oculto, e por esta razão nos é inútil”. Consulta da Junta do Maranhão ao rei D. Pedro II, 2 de dezembro de 1686 (AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 763).

de apoio que pudessem contribuir para o sucesso dos descimentos. O governador informou que “um índio torto a quem chamam Luís Mendes que tem um filho casado com uma filha do Capitão Antonio Marapirão veio um destes dias pedir-me que o mandasse pôr no Ceará porque era irmão de um Principal dos da serra de Ibiapaba”⁴⁷. Freire de Andrade pedia a opinião de João Velho sobre este projeto, e este respondeu que a proposta parecia interessante, mas que deveria mandar-se aquele indivíduo (pelo que é possível depreender da difícil transcrição) só depois que o próprio João Velho fosse ao Maranhão com os Principais indígenas, e “o ir ele à serra é muito fácil indo em companhia destes Charunas”⁴⁸.

Aparentemente, portanto, tudo estava saindo como previsto e o sucesso da empresa parecia próximo, sendo assim mais prováveis as recompensas que os dois promotores da jornada podiam obter da Coroa. Não estavam concluídas, porém, as negociações para a relocação das aldeias, mostrando as comunidades agendas encontradas, especialmente entre os principais e os mais jovens. Além disso, a complexidade das relações étnicas revelou-se grande demais para ser resolvida com um simples plano de reassentamentos. Assim, os Guachinaré mostraram cedo seu receio, logo de ter recebido notícias de que os Caicai tinham se reunido com os Charuna para “lhe darem debaixo de traição e matá-los e trazerem os filhos a vender aos brancos no Maranhão por ferramenta”. O mesmo João Velho não podia desmentir aquele plano, já que ele tinha visto “fazer cinco casas no meio da aldeia que era para eles cercadas as três quadras de pau a pique que só as faces dianteiras tinham abertas”⁴⁹.

47 AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 781, f. 13v-14 da relação; CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Op. Cit., p. 80.

48 AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 781, f. 15r da relação; CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Op. Cit., p. 82. A carta de João Velho do Vale (cópia), datada de 18 de maio de 1686, está anexa a: Consulta da Junta do Maranhão ao rei D. Pedro II, 2 de dezembro de 1686 (AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 762).

49 AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 781, f. 19v da relação; CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Op. Cit., p. 88.

Além das rivalidades intra e interétnicas, outros mal-entendidos e enfrentamentos típicos daquelas fronteiras coloniais obscureceram o sucesso daquele projeto. Um grupo Caicai acudiu a trocar com “jabutis e jurarás por farinha, por legumes” com os portugueses; três deles passaram à casa de um tal Miguel Ribeiro Pinto. Mas este, sem consideração pelos esforços de João Velho nos meses anteriores, recebeu aos indígenas sem nenhum protocolo e até lhes disse que “se fossem muito embora que eram uns cães que os houvera de matar que lhe tinham comido toda a sua cana”. Aquela acusação (que certamente não parecia infundada) foi seguida por um conflito entre os indígenas e o português, que acabou por dar “uma cavada pela barrega” com uma faca a um dos Caicai. Uns e outros se queixaram ao capitão João de Souza, que morava nas proximidades. Os indígenas argumentavam “que eles eram compadres dos brancos e que aquilo não se fazia, matarem-lhe os seus vassalos”. Miguel Ribeiro, por sua parte, assegurou que “os tapuias estavam alevantados e tinham dado” nele⁵⁰.

As notícias daquele desagradável incidente chegaram até aos ouvidos de João Velho do Vale, que se mobilizou de imediato para tentar evitar o rompimento. Em primeiro lugar, teve que convencer a tropa portuguesa para que não atacasse os indígenas em represália, fazendo “um requerimento da parte de Deus e de S.M. que aquele gentio não tinha nenhuma culpa e não merecia castigo e que estava muito quieto e pacífico”. E, a seguir, ainda teve que persuadir os Caicai de que não estavam em perigo, “aquietando-os e trazendo o mulherio, tirando-lhes os filhinhos do mato”⁵¹.

Mesmo se ele teve sucesso com as duas partes, os preparativos para o descimento ficaram em suspenso depois daquele conflito. João Velho temia que os grupos que apenas tinham sido contatados pelos portugueses ficassem com medo ao ouvir as notícias da facada

50 AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 781, f. 20v da relação; CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Op. Cit., p. 90.

51 Ibidem.

recebida pelo Caicai, pensando que se “eles fazem isso aos seus compadres de tanto tempo que farão a nós?”. Preferia, portanto, esperar novidades antes de voltar a se internar no sertão, considerando também “que vinha entrando o inverno e que não era tempo de cortar pelos campos”⁵². Preparou-se assim para partir com rumo ao Pará, adiando sua seguinte entrada ao sertão.

Pouco antes da sua partida, chegaram um principal Guareti e uns Caicai à procura de fumo; por eles soube que o indígena da facada tinha sobrevivido. Acordou-se com os Guareti “que para o fim de maio estivessem no Itapecuru” e, ao que parece, também estavam avançados os acordos com os Caicai. As relações com todos os grupos, porém, continuaram sendo tensas e até parece que se perdeu temporariamente o contato com os Charuna⁵³. Com eles se perdeu também a possibilidade de consolidar o caminho ao Brasil naquela altura. Porém, a semente da comunicação tinha já sido plantada. Uma semente ainda fraca, é claro, como demonstrariam os múltiplos conflitos na

52 AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 781, f. 21v da relação; CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Op. Cit., p. 91.

53 A relação de João Velho do Vale conclui com sua assinatura. Porém, depois dela, ainda adicionou algumas linhas: “Os Xarúnas, depois que se fizeram as casas para matarem os Guaxinarés [Guaretis na transcrição de Carvalho], não sei o que tiveram. Indo eu da primeira vez aos Guaretis, em minha ausência [auz.a] tiveram suas dúvidas com os Caicaizes e também os Caicaizes quando viram eu repartir os avelórios que o senhor General me mandou com os Charunas. Com inveja [...] andaram [...] que escandalizados se foram embora que eles são como crianças por pouco se amuam. Os Principais esperaram por mim e em eu chegando, se vieram despedir de mim. Dei-lhes as facas e uma camisa e umas celouras a um e disseram-me que se iam por não terem dissensões com os Caicaizes para evitarem alguma guerra, que para o ano viriam ao Maranhão a ver os brancos”. O autor também faz referência nestas linhas finais a um “rascunho daquele sertão, rios e aldeias que nesta relação está pintado” (AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 7, doc. 781, ff. 21v-22 da relação; CARVALHO, João Renôr Ferreira de. Op. Cit., p. 91.

década de 1690 entre os colonos e os indígenas descidos por João Velho no rio Itapecuru⁵⁴.

3. A expansão do Maranhão e o (novo) caminho para o Brasil

Os esforços empreendidos por Gomes Freire de Andrade para o descobrimento do caminho do Brasil parecem não ter sido levados adiante após sua volta para o reino⁵⁵. Foram, entretanto, retomados em meados da década de 1690, quando Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho (o moço) governou o Estado do Maranhão (1690-1701). Já a essa altura, boa parte do Piauí (que, no século XVIII, seria incorporado ao Estado do Maranhão) encontrava-se ocupado com currais de gado de gente vinda principalmente da Bahia⁵⁶.

Em carta escrita ao rei em julho de 1695, o governador Coelho de Carvalho explicava como no tempo de Gomes Freire de Andrade ti-

54 Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, 10 de fevereiro de 1693 (AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 8, doc. 862).

55 Francisco Teixeira de Moraes, que foi provedor-mor do Estado do Maranhão, e autor de uma relação histórica sobre a chamada revolta de Beckman (1684-1685), ao louvar os méritos de Freire de Andrade, explicita o fracasso desse intento: "intentando também se abrisse caminho pelo sertão, que facilitasse deste Estado para os do Brasil a comunicação, coisa conforme os bons discursos que sobre isso se fizeram, pelo abreviado da jornada e outras dependências, muito necessário e importante, a cujo descobrimento com efeito mandou e se não conseguiu" (MORAES, Francisco Teixeira de. *Relação historica e politica dos tumultos que succederam na cidade de S. Luiz do Maranhão* [1692]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 40, pt. 2, p. 67-155, 1877. p. 404).

56 Ver os diversos documentos publicados por Ernesto Ennes: ENNES, Ernesto. *As guerras nos Palmares* (subsídios para sua história). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. v. 1. Para um enfoque clássico, cf.: ABREU, João Capistrano de. Op. Cit.; LIMA SOBRINHO, Barbosa. *O devassamento do Piauí*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946; NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. Teresina: Imprensa Oficial do Estado do Piauí, 1966. v. 1; CHAVES, Joaquim (Monsenhor). *O índio no solo piauiense (monografia histórica)*. 3. ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994; BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII*. Teresina: Editora UFPI, 1999. Ver os diversos estudos (inclusive sobre o século XVIII), já clássicos, escritos por Luiz Mott e republicados recentemente: MOTT, Luiz. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. 2. ed. Teresina: APL: Fundac, 2010. Cf. também: ROLIM, Leonardo Cândido. Op. Cit.

nha-se tentado “descobrir estrada dele [Estado do Maranhão] para o Brasil”⁵⁷. Assumindo o governo, relatava, tentara por diversas vezes encontrar o caminho, sem sucesso, em razão de diversas dificuldades, “especialmente pela vastidão dos gentios bárbaros, que impediam o penetrar-se o sertão”, sinal de que as frágeis alianças com os grupos indígenas, estabelecidas poucos anos antes, não pareciam ter se sustentado.

Entretanto, no começo de dezembro do ano anterior chegara finalmente a São Luís uma das tropas que tinha despachado “a este descobrimento”, com notícias de ter atingido as povoações de criadores de gado “da jurisdição da Bahia”. A carta do governador vinha acompanhada de outra carta, da Câmara de São Luís, escrita dois meses antes, em que consideravam “de muita importância e de consequências úteis” o descobrimento do caminho do Estado do Maranhão para o Estado do Brasil⁵⁸.

Segundo Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho e o ex-governador Gomes Freire de Andrade, ouvido pelo Conselho Ultramarino, o descobrimento do caminho trazia um problema de jurisdição entre os dois “distritos”, questão que remetia à distribuição de terras

57 Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, 10 de janeiro de 1696 (AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 9, doc. 906). Em correspondência enviada ao governador de Pernambuco, o governador-geral do Brasil, Dom João de Lencastre, relatava que tinha recebido carta de Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho em que dizia que “havia oito anos que S.M., que Deus guarde, encarregara aos governadores daquele Estado o descobrimento de haver caminho dele, por terra, a este do Brasil”, o que remete aos intentos de Gomes Freire de Andrade. Carta para o Governador e Capitão-General de Pernambuco Caetano de Mello e Castro sobre o Caminho, e Commercio do Maranhão, e o Edital que se lhe remete pertence às caixas de assucar que levam tabaco. Bahia, 21 de maio de 1695. Documentos Históricos/Biblioteca Nacional (DH). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1938, vol. 38, p. 339. Capistrano de Abreu afirma não ser possível saber se se tratava exatamente do mesmo caminho, aberto em finais da década de 1680. ABREU, João Capistrano de. Op. Cit., p. 130.

58 As cartas Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho (Belém, 9 de julho de 1695) e da Câmara de São Luís (São Luís, 9 de maio de 1695) estão inseridas em: Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, 10 de janeiro de 1696 (AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 9, doc. 906). Odilon Nunes acredita, contudo, que esse caminho “oficialmente” descoberto “era percorrido desde muito por índios e vaqueiros”. NUNES, Odilon. Op. Cit., p. 83.

naqueles sertões. É que, segundo Coelho de Carvalho, o administrador das fazendas encontrado pelos que tinham saído de São Luís, Antônio da Cunha Soutomaior, pedira-lhe terras em sesmaria que não concedera, porque primeiro devia “determinar-se a divisão e seus limites, a respeito dos dízimos e outras conveniências, que poderão resultar-lhe”⁵⁹. Estava em questão o problema das fronteiras administrativas entre o Estado do Maranhão e o Estado do Brasil.

Nesse contexto, uma série de cartas é trocada entre os governadores do Maranhão e do Brasil. A correspondência permite acompanhar o ir e vir das expedições que percorriam os sertões entre uma e outra “conquista”. Em abril de 1695, Dom João de Lencastre, governador do Brasil (1694-1702), escrevia a Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho acusando o recebimento de sua carta datada de meados de julho de 1694. O recebimento da correspondência só se dera em abril de 1695, o que nos permite vislumbrar que a distância por terra entre os dois Estados não era desprezível, embora, a rigor, se tratasse de um caminho ainda por descobrir. Oito meses era muito quando comparado aos poucos meses que poderia durar uma viagem de São Luís a Lisboa. Lencastre ainda expressava o interesse em “frequentar toda a correspondência com V.S. como V.S. deseja se frequente o comércio de ambos os Estados”.

Além da organização das expedições, outro tema que surge nessa correspondência, como dissemos, é o problema das jurisdições entre os dois territórios que agora se encontravam⁶⁰. Nessa mesma carta, o governador-geral do Brasil explicava ao governador do Maranhão que não tinha deferido os pedidos de terras, “enquanto se não de-

59 A carta Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho (Belém, 9 de julho de 1695) está inserida em: Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, 10 de janeiro de 1696 (AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 9, doc. 906).

60 A esse respeito, cf. também: ROLIM, Leonardo Cândido. Op. Cit., p. 52-84. Quando da fundação do Estado do Maranhão, na década de 1620, a questão do limite das jurisdições do novo Estado com relação ao Estado do Brasil foi também colocada como um problema para a Coroa. Cf.: CARDOSO, Alírio Carvalho. *Insubordinados, mas sempre devotos: poder local, acordos e conflitos no antigo Estado do Maranhão (1607-1653)*. 2002. 263 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

marcam os sertões de um e outro Estado”⁶¹. Poucos meses depois em nova carta para o Maranhão, explicava que não tinha se encontrado “piloto inteligente para se graduar o sertão”, com quem poderia se dividir “com certeza, as terras que tocam a cada Estado, e se evitar o embaraço das jurisdições que sempre há de haver enquanto não se distinguirem seus confins”⁶². O problema das jurisdições também ecoava na Corte e, já em janeiro de 1696, o Conselho Ultramarino se manifestava que o rei determinasse “que pertença ao governador do mesmo Estado [do Maranhão] a data destas terras para que as reparta por aquelas pessoas que tratem de sua cultura”⁶³.

A questão da jurisdição envolvia um aspecto fundamental para o Maranhão de finais do século XVII: a questão da distribuição de sesmarias. E aqui é fundamental entender o contexto específico do Estado do Maranhão separadamente (embora conectado) das dinâmicas que se davam a leste, nos sertões das capitanias da Bahia e de Pernambuco. De fato, a partir dos anos 1670, quando a Coroa passa a intervir com vigor nas dinâmicas econômicas, populacionais e espaciais do seu território setentrional, as autoridades régias empreendem uma importante ofensiva de ocupação dos sertões orientais da capitania do Maranhão, cujos rios (Itapecuru, Mearim, Munim, notadamente) eram considerados férteis e apropriados para o cultivo de cana e o espraiamento do gado.

Essa ofensiva encontrou um óbice considerável nos chamados “índios do curso”, sistematicamente acusados de atacarem as fazendas e currais dos moradores. Ao longo dos anos 1690, uma série de

61 Carta escrita ao Governador do Estado do Maranhão. Bahia, 22 de abril de 1695 (DH, vol. 38, pp. 350-353).

62 Carta para Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho Governador, e Capitão Geral do Estado do Maranhão. Bahia, 16 de julho de 1695(DH, vol. 38, p. 343).

63 Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, 10 de janeiro de 1696 (AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 9, doc.906); ouvido Gomes Freire de Andrade, o ex-governador opinava que quanto à divisão dos distritos, não era necessária nova ordem, mas sim executar-se “a divisão que se acha feita”, que deve constar dos livros da secretaria, “quando os estados se partiram”. O parecer de Gomes Freire, datado de 20 de novembro de 1695, está incluído na consulta.

guerras é deflagrada contra diversos grupos do sertão, incluindo os velhos conhecidos de João Velho do Vale, os índios Caicai

4. As guerras dos anos 1690

O relacionamento dos Caicai com os portugueses do Itapecuru nos anos posteriores à colaboração com João Velho do Vale não parece ter sido fácil. Na última década do século, os Caicai, antigos aliados do Velho do Vale, eram acusados de estarem em “diversos tempos dando repentinamente” nas “casas dos moradores e seus currais”⁶⁴. Para o padre jesuíta João Felipe Bettendorff, eles “furtavam os mantimentos” das roças dos moradores e “a cada passo faziam hostilidades, acometendo uns, matando outros”. Por esta razão, o religioso acreditava “que esses bárbaros se pretendiam fazer senhores de ambos aqueles rios, expulsando os brancos deles”⁶⁵.

Os ataques teriam sido discutidos na Junta Geral, na cidade de São Luís. Na reunião “se propôs se era ou não conveniente dar-se guerra ao gentio que assiste no rio Itapecuru”⁶⁶ e a Junta Geral decidiu “que licitamente se podia fazer guerra contra as nações Caicais e Guareti” e seriam “legitimamente escravos os que no conflito se captivassem”, como relatava o ouvidor Manuel Nunes Colares em carta escrita ao rei⁶⁷.

64 O traslado de uma devassa que se tirou sobre a guerra que se deu ao gentio do curso em o rio do Itapecuru pela hostilidades que os ditos gentios tinham feito em o rio Mearim encontra-se anexado em: Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, Lisboa, 10 de fevereiro de 1693 (AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 8, doc. 862).

65 BETTENDORFF, João Felipe. *Crônica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão* [1698]. Belém: FCPTN: Secult, 1990, p. 514.

66 O Termo de Junta Uniforme escrito em São Luís em 22 de abril de 1692 encontra-se anexado a: Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, Lisboa, 10 de fevereiro de 1693 (AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 8, doc. 862).

67 Carta do ouvidor-geral Manuel Nunes Colares ao rei D. Pedro II. São Luís, 4 de maio de 1692 (AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 8, doc. 851).

Foi, então, “o governador em pessoa, com bastantes soldados e índios, para dar guerra” aos Caicai e Guareti. Ao que tudo indica, a tropa que ia contra estes índios foi dividida. Uma parte da tropa iria contra os Caicai “que tinham ficado em sua aldeia sobre o rio Munim” enquanto o outro grupo investiria contra aqueles “tinham ido para as campinas da banda do Itapecuru”⁶⁸. Apesar do cuidado que a tropa do governador “aplicara para lhe não chegarem [aos índios inimigos] as notícias”⁶⁹, um africano (*tapanhuno*), escravo do capitão-mor do Itapecuru, “lhes manifestou tudo quanto os brancos intentavam” e os índios Caicai “fugiram com toda pressa”⁷⁰.

Os que faziam parte da tropa seguiram seus inimigos “pelo rasto que tinham deixado, e já parecia que estavam dando com eles”. Porém, os provimentos da tropa já escasseavam e os “portugueses menos sôfregos da fome e cansaço que o gentio do mato” acabaram desistindo. Apenas uma parte da tropa portuguesa, cujo “capitão dos índios e brancos” passou a ser o ajudante Roiolos, seguiu à procura dos índios. Os homens de Roiolos caminharam “por uma e outra banda, pelo rasto dos fugidos que os índios rastejadores iam descobrindo”, até que finalmente os encontrou “matando uns, cativando outros” e afugentando “todos os mais”⁷¹.

Dos que foram aprisionados na peleja, “se tiraram os que eram escravos e se satisfizeram os quintos para a Fazenda Real e despesa de munições”. Os pequenos “se repartiram pelos soldados” e mandaram para o Pará os que foram feitos “prisioneiros fora do conflito da guerra para os situarem na Ilha de Joanes”⁷². Em 1693, o rei reconhe-

68 BETTENDORFF, João Felipe. Op. Cit., p. 515.

69 Sobre o que escreve o g.^o e ouvidor geral do Maranhão acerca da guerra que se mandou fazer aos Tapuyas do corço que infestavaõ os Rios Meari Itapericu e outros. Lisboa, 9 de novembro de 1692 (AHU, códice 274, ff. 86-86v).

70 BETTENDORFF, João Felipe. Op. Cit., p. 516.

71 Ibidem, p. 517. Bettendorff relata que a guerra foi realizada somente contra os índios Caicai. Os Guareti não se encontram em seu relato.

72 A consulta do Conselho Ultramarino ao rei de 9 de novembro de 1692 encontra-se anexada a: Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II. Lisboa, 10 de fevereiro de 1693 (AHU,

cia como “justa e necessária” a guerra que fora realizada contra o *gentio do curso* que “infestava” os rios Itapecuru e Mearim⁷³.

Dois anos depois, em 1695, os índios Caicai continuavam sendo acusados de praticarem ataques aos brancos. O governador Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho se encontrava em Belém quando escreveu uma carta ao rei explicando que, antes de partir de São Luís para Capitania do Pará, deixara disposta “uma tropa de guerra contra o gentio do curso da nação Caicai”, nomeando por cabo da tropa o sargento-mor Domingos de Matos Leitão e Silva⁷⁴.

O regimento dado a Domingos Leitão e Silva é revelador. Nele, Coelho de Carvalho justificava o ataque contra os índios e explicava que a capitania do Maranhão estava “atenuada por causa de seus moradores se não poderem valer da terra firme para a cultura de suas lavouras”. De fato, segundo texto, a região estava “infestada pelo gentio de curso principalmente os do rio Mearim, Itapecuru e Munim”⁷⁵. Em função dos ataques, o governador decidiu pelo recurso à guerra contra os índios⁷⁶.

A tropa comandada pelo cabo Domingos Leitão e Silva aproveitaria a experiência e o conhecimento adquiridos com a jornada de descobrimento comandada por Velho do Vale. Assim, a expedição de Leitão e Silva era composta por “duas companhias de infantaria e seus oficiais e um ajudante com os índios alistados”, um padre capelão, o sargento-mor paulista Francisco Barbosa e o próprio capitão

Maranhão (Avulsos), caixa. 8, doc. 862).

73 Para o governador do Maranhão. Sobre a guerra feita ao Gentio do Corso se lhe aprova por justa. Lisboa, 21 de fevereiro de 1693 (Anais da Biblioteca Nacional (ABN), Rio de Janeiro, v. 66, p. 138, 1948).

74 A carta do governador do Maranhão para o rei escrita na cidade de Belém em 9 de julho de 1695 encontra-se anexada a: Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II. Lisboa, 26 de janeiro de 1696 (AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 9, doc. 912).

75 A cópia do Regimento que levou o sargento mor do Estado Domingos de Matos Leitão e Silva encontra-se anexada a: Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II. Lisboa, 26 de janeiro de 1696 (AHU, Maranhão (Avulsos), caixa. 9, doc. 912).

76 Ibidem.

João Velho do Vale, que eram “pessoas de grande experiência e notícias daqueles sertões”. Deveriam ser incorporados à tropa durante a campanha “o gentio Guachinaré também do *corso* e habitadores naquele mesmo sertão com quem há muitos anos” os portugueses mantinham paz e se “ofereceram para acompanhar a dita tropa servindo de guia para serem descobertos os ditos Caicai e se saber a parte aonde habitam”⁷⁷.

A tropa se preparava para ir ao interior da capitania do Maranhão combater os Caicai. Contudo, antes que a tropa os encontrasse, os ditos índios teriam ido “com suas famílias que seriam oitocentas almas” até o “rio Itapecuru dizendo que a pedir-me paz”, como referiu o governador do Maranhão. Os moradores do rio Itapecuru, entretanto, não acreditaram nas propostas do gentio em estabelecer paz⁷⁸.

Segundo o padre Bettendorff, a ida destes índios ao Itapecuru teria ocorrido em função de uma ordem do governador do Maranhão a um “paulista” para que fosse “praticar os Caicai de sua parte, para que viessem tratar pazes com ele” e se aldeassem nos rios Itapecuru e Munim. Desta maneira, “persuadidos que o governador os chamava para fazer as pazes”, os índios foram até a aldeia de São Gonçalo, onde se encontrava o padre João de Avelar⁷⁹. Quando chegaram na aldeia, os indígenas “viram muita gente e quantidade de canoas” e começaram a suspeitar, receosos de “algum mal que se lhes preparava”. Disse o “paulista” aos índios que aquelas pessoas “esperavam por eles para fazerem as pazes”. Confiados na palavra do paulista, os índios “foram chegando e o mesmo foi terem chegado” que imediatamente foram contra eles “os portugueses, matando-os uns à espingarda, outros à espada”. Como estes índios não transportavam armas, “o único re-

77 Ibidem.

78 A carta do governador do Maranhão para o rei escrita na cidade de Belém em 9 de julho de 1695 encontra-se anexada a: Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II. Lisboa, 26 de janeiro de 1696 (AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 9, doc. 912).

79 Provavelmente trata-se da “aldeia de São Gonçalo, por outro nome Taiassú Coarati, sita dentro da mesma ilha do Maranhão, para banda do Itapecuru, à beira-mar”, de acordo com o próprio padre Bettendorff (BETTENDORFF, João Felipe. Op. Cit., p. 145).

médio que acharam par se salvarem da morte foi lançarem-se no rio”, no qual “se afogaram umas quatrocentas pessoas e escaparam não mais que duzentas e ficando todos os mais cativos”⁸⁰.

As queixas dos moradores dos rios Itapecuru, Mearim, Munim e da recém-criada vila de Icatu contra os índios persistiram. A investida de 1695 contra os índios serviu “para exacerbar os ânimos daqueles bárbaros e outros como eles contra os brancos, tirando-lhes toda a confiança que neles e nos seus poderiam ter”, segundo o padre Betendorff. Os índios continuavam “assaltando os escravos e os mesmos brancos, quando se achavam descuidados” e os moradores não iam “para as suas lavouras e canaviais, por medo de alguma morte desastrada”⁸¹, pois os ataques dos índios, como reconhecia o próprio monarca em carta ao governador do Maranhão, “se fazem repentinamente” e muitas vezes os moradores não tinham “aquela prevenção de defesa necessária”⁸².

Em razão das “continuas hostilidades que o gentio do corso” praticava, os moradores da vila de Icatu e dos rios Mearim e Itapecuru pretendiam “desamparar aquelas fazendas e povoações”, os quais o governador do Maranhão ia “entretendo” com a esperança de que o rei ordenasse fossem os paulistas “a conquistar aqueles bárbaros”, segundo relatava o Conselho Ultramarino ao rei⁸³.

Como lembra Pedro Puntoni, “o recurso aos paulistas significaria a adoção decisiva da arte da guerra colonial, apta enfrentar o modo de guerra dos bárbaros”⁸⁴. Este prestígio adquirido pelos paulistas ocor-

80 Ibidem, p. 557.

81 Ibidem, p. 558.

82 Para o governador do Maranhão. Sobre os autos de devassa que remeteu a respeito da mordandade, roubos que fizeram os tapuias inimigos. Lisboa, 17 de outubro de 1699 (ABN, vol. 66 (1648), p. 191).

83 Sobre o que escreve o Gov.^{or} Antonio de Albuquerque Coelho de Carv.^o acerca das hostilidades que o gentio do corso faz aos moradores da terra firme, e da Vila do Icatu. Lisboa, 10 de dezembro de 1698 (AHU, códice 274, ff. 125-125v).

84 PUNTONI, Pedro. A arte da guerra no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 53, p. 189-204. 1999. p. 195

reu pelo fato de possuírem “um estilo militar perfeitamente adaptado às condições ecológicas do sertão”⁸⁵. Desde a guerra que ocorreu no início da década de 1690, os paulistas já eram requisitados para combater os índios que acometiam os moradores nos rios Itapecuru, Mearim, Munim.

Entretanto, a ação dos paulistas nos sertões nem sempre era bem-vista. Um texto anônimo, provavelmente do final do século XVII, pelo conteúdo que comporta, defende a ideia de que os paulistas não eram, naquela ocasião, a solução para cessar os ataques dos índios aos moradores dos rios Itapecuru e Mearim. O escrito enumera várias razões para justificar seu argumento. Assim, lembrava o papel anônimo que quando os paulistas estiveram nos sertões provocaram muitas insolências e roubos das liberdades. Além disso, ressaltava “as distâncias das terras e sertões que hão de atravessar”, a possibilidade de “cativarem índios mansos e domesticados nas aldeias”, de inquietarem as aldeias e ainda de perturbarem “todas as Cristandades”. Parecia então, ao autor do papel, que no Maranhão deveria ser feita uma tropa dos brancos da terra e dos soldados que tinham sido recrutados na Madeira, mais os índios para “buscarem os inimigos que não são tantos que possam resistir a tal tropa e que era melhor que ficarem estes índios do de corso cativos no Maranhão”⁸⁶.

Numa consulta sobre esta guerra que ocorreu nos últimos anos da década de 1690, o Conselho Ultramarino acreditava que era justo realizar o ataque aos índios, porém a Fazenda Real não poderia “tomar a sua conta as despesas dela”. Assim o Conselho Ultramarino sugeria ao monarca que ordenasse a “Artur de Sá e Meneses [que tinha sido governador do Maranhão], que na ocasião em que tomar as capitânicas do sul e for à de São Paulo pratique esta matéria aos paulistas”, lembrando a eles o “grande serviço que farão” ao rei “em

85 *Ibidem*, p. 198-99.

86 Este papel anônimo e sem datação encontra-se anexado a: Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II. Lisboa, 10 de dezembro de 1698 (AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 9, doc. 969).

irem ao Maranhão em oposição deste gentio de corso, e que os que aprisionarem os farão seus cativos”⁸⁷.

O rei parece ter seguido, em parte, a opinião expressa no papel anônimo. O monarca aprovou a realização da guerra. Entretanto, ela deveria ser feita pela gente “dos terços de Pernambuco”, cujo mestre de campo era Domingos Jorge Velho, ou da Bahia, cujo mestre era Manuel de Moraes Navarro⁸⁸ e não dos “moradores da dita vila de São Paulo”,⁸⁹ embora ambos os mestres de campo fossem paulistas. Provavelmente nesta decisão o rei considerou alguns argumentos expostos no papel anônimo, principalmente acerca das desordens que os paulistas praticavam nos sertões⁹⁰.

Além disto, como explica Pedro Puntoni, a participação de tropas treinadas para o “combate nos matos” evoluía para uma “maior formalização nos quadros da estrutura militar do Estado do Brasil” no final do século XVII. Tratava-se assim de “erigir um terço de infantaria, isto é, de tropas regulares, cujos postos deveriam ser devidamente assentados e pagos”. Manuel Morais de Navarro, por exemplo, foi feito mestre de campo do “novo terço” do Açu por carta patente de 1696⁹¹. Nesse sentido, talvez este “processo de formalização da ‘guerra brasílica’” tenha sido fundamental para que o soberano optasse pelos terços de Pernambuco e da Bahia para combater o gentio do corso no Maranhão na tentativa de evitar muitas desordens pelos sertões.

87 Sobre o que escreve o Gov.^{or} Antonio de Albuquerque Coelho de Carv.^o acerca das hostilidades que o gentio do corso faz aos moradores da terra firme, e da Vila do Icatu. Lisboa, 10 de dezembro de 1698 (AHU, código 274, ff. 125-125v).

88 Para o governador Geral do Maranhão. Sobre a guerra que se manda fazer ao gentio do corço pelas hostilidades que faz aos moradores do Maranhão. Lisboa, 10 de fevereiro de 1699 (ABN, v. 66, p. 186-187, 1948).

89 Sobre o que escreve o Gov.^{or} Antonio de Albuquerque Coelho de Carv.^o acerca das hostilidades que o gentio do corso faz aos moradores da terra firme, e da Vila do Icatu. Lisboa, 10 de dezembro de 1698 (AHU, código 274, ff. 125-125v).

90 Ver, a esse respeito, a troca de cartas entre Dom João de Lencastre e autoridades no Estado do Brasil, incluindo os mestres de campo (DH, 1938, vol. 39, p. 125-129, 139-141).

91 PUNTONI, Pedro. Op. Cit., p. 203.

Além dos interesses da Coroa, das autoridades, dos portugueses dos sertões e dos próprios indígenas, a partir de meados da década de 1690, uma conjuntura específica do Estado do Maranhão ajuda a compreender também a expansão pelos sertões, a busca por novas terras e o acirramento dos conflitos com os índios, contexto mais geral em que se enquadra a segunda tentativa de estabelecimento de um caminho entre o Brasil e o Maranhão.

Como dissemos antes, a descoberta do caminho para o Brasil (principalmente a segunda ofensiva, nos tempos do governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho), tem que ser pensada num quadro mais amplo de expansão da economia e sociedade coloniais "maranhenses", iniciada nos anos 1670, ainda que inserida no contexto mais amplo de expansão portuguesa (não necessariamente regular e contínua) pelas terras interiores. Inclusive, como alerta Leonardo Rolim, tem que ser pensada a partir de uma compreensão que transcenda os limites das próprias capitanias, considerando esse espaço como uma "região colonial"⁹².

A oposição dos índios dos sertões do Maranhão era então um empecilho considerável⁹³. A expansão a leste, partindo de São Luís, parecia responder a problemas específicos do Maranhão, mesmo que nos sertões ocidentais do Estado do Brasil os grupos indígenas viessem sendo severamente combatidos, como a historiografia tem discutido⁹⁴.

92 Região que o autor denomina de "Sertões do Norte" (ROLIM, Leonardo Cândido. Op. Cit., p. 173).

93 CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vanice Siqueira de. Índios, engenhos e currais na fronteira oriental do Estado do Maranhão e Pará (século XVII). In: MOTTA, Márcia; SERRÃO, José Vicente; MACHADO, Marina (org.). *Em terras lusas: conflitos e fronteiras no Império Português*. Vinhedo: Horizonte, 2013. p. 231-259.

94 Cf., por exemplo: MEDEIROS, Ricardo Pinto. *O descobrimento dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial*. 2000. 230 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2000; PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec: Edusp, 2002; PINHEIRO, Francisco José. *Mundos em confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território*. In: SOUSA, Simone de (org.). *Uma nova história do Ceará*. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 17-55; ALBUQUERQUE, Manuel Coelho. *Seara indígena: deslocamentos e dimensões identitárias*. 2002. 162 f. Dissertação (Mestrado em

Não sem razão, em 1698, um termo de vereação da Câmara de São Luís buscava recuperar a memória desse impedimento representado pelos índios. Os oficiais pretendiam requerer ao ouvidor-geral do Estado que determinasse uma inquirição de testemunhas, “por onde conste e se justifique as mortes e insolências que tem feito o tapuia inimigo nos rios Mearim e Itapecuru, há quarenta anos a esta parte, dando assaltos nos engenhos e lavouras e currais”⁹⁵.

Entretanto, na década de 1690, irrompeu no Estado do Maranhão uma epidemia de varíola (bexigas) que devastou a principal força de trabalho das capitanias do Pará e do Maranhão, que eram os indígenas, escravizados ou descidos dos sertões⁹⁶. A expansão territorial não constituía apenas, portanto, uma forma de “desinfestar” os sertões, como se dizia à época, para ocupar terras com cultivo ou pastoreio. Era uma forma, também, de suprir uma crescente demanda

História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002; MAIA, Lígio José de Oliveira. *Serras de Ibiapaba: de aldeia a vila de índios: vassalagem e identidade no Ceará colonial (século XVIII)*. 2010. 409 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Cf. nota 16.

95 Termo de vereação feita em 20 de junho nesta caza da Camara este pres.^{te} anno de 1698 (Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM), Livro de Acórdãos da Câmara de São Luís, n. 6 (1689-1705), ff. 123-123v, grifo nosso).

96 Para uma discussão recente a respeito do trabalho indígena no Maranhão e Pará do século XVII, cf.: GUZMÁN, Décio de Alencar. A colonização nas Amazônia: guerras, comércio e escravidão nos séculos XVII e XVIII. *Revista Estudos Amazônicos*, Belém, v. 3, n. 2, p. 103-139, 2008; MELLO, Márcia Eliane Alves da Silva e. *Fé e império: as Juntas das Missões nas conquistas portuguesas*. Manaus: Edua, 2009; NEVES, Tamyris Monteiro. O lícito e o ilícito: a prática dos resgates no Estado do Maranhão na primeira metade do século XVIII. *Revista Estudos Amazônicos*, Belém, v. 7, n. 1, p. 253-273, 2012; DIAS, Camila Loureiro. *L'Amazonie avant Pombal: politique, économie, territoire*. 2014. 376 f. Tese (Doutorado em História e Civilizações) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2014; BOMBARDI, Fernanda Aires. *Pelos interstícios do olhar do colonizador: descimentos de índios no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1680-1750)*. 2014. 187 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014; PELEGRINO, Alexandre de Carvalho. Donatários e poderes locais no Maranhão seiscentista (1621-1701). 2015. 223 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015; CHAMBOULEYRON, Rafael. Indian freedom and Indian slavery in the Portuguese Amazon. In: DONOGHUE, John; JENNINGS, Evelyn P. (org.). *Building the Atlantic empires: unfree labor and imperial states in the political economy of capitalism, ca.1500-1914*. Leiden: Brill, 2016. p. 54-71.

de mão de obra, num contexto de rivalidade pelo seu controle entre moradores e as distintas ordens religiosas.

Em outubro de 1695, a Câmara de São Luís escrevia ao governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho pedindo-lhe auxílio em razão da morte dos escravos, “em número de três mil, pouco mais ou menos”, achando-se as roças perdidas e moradores “sem escravo algum”⁹⁷. Numa carta ao governador-geral do Brasil, o próprio Coelho de Carvalho reconhecia o contexto de dificuldades pelo qual passava o Estado do Maranhão, comentando que esperava ordem do rei

com a resolução da separação dos limites das jurisdições para deferir a muitas datas de terras que se me pedem por esses moradores; aliás, determino dar as que se acharem devolutas das últimas fazendas para cá, em que não pode haver prejuízo, pois creio que S.M. há de mandar agregar à jurisdição deste governo, muitas das já povoadas, por estarem menos distantes desta do que dessa cidade e de Pernambuco, a respeito também dos dízimos se pagarem cá para se ajudarem as poucas rendas que tem a Fazenda real, em razão dos povos viverem atenuados e faltos de escravos para suas lavouras; e de próximo experimentou este Estado com o mal das bexigas uma notável ruína, na mortandade de muitos brancos e a maior parte dos escravos, a que se seguem grandes fomes.⁹⁸

Nesse mesmo período, em carta ao rei D. Pedro II, resumida pelo Conselho Ultramarino, o governador do Maranhão pedia ao monarca que ordenasse “ao governador geral do Brasil mandasse tropas daquela parte e rio de São Francisco aonde há muitos índios a conquistar estes bárbaros” porque do Maranhão não o poderia fazer “pelos não haver e ficarem as aldeias quase despovoadas com as bexigas”⁹⁹.

97 Cópia de hua carta q. se escreve ao S.^o G.^o An.^o de Albuquerque Coelho de Carvalho no Pará. São Luís, 26 de outubro de 1695 (APEM, Copiador de Cartas, livro 24, ff. 45v-46).

98 Carta do Governador do Maranhão Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho. São Luís, 15 de março de 1696 (DH, vol. 38, p. 404).

99 O G.^o do estado do Maranhão responde a ordem que teve para informar sobre o que tinha obrado o paulista nos sertões daquela capitania. Lisboa, 8 de janeiro de 1697 (AHU, códice 274, ff. 112v-113). A carta de Albuquerque Coelho de Carvalho, escrita de São Luís e datada de 22 de

Nesse sentido, havia um contexto específico de conflitos e dificuldades que ensejava o espraiamento pelos sertões orientais da capitania do Maranhão. É nesse quadro também que o caminho para o Brasil passa a interessar novamente às autoridades, depois de alguns anos. A questão de jurisdições, que, como vimos, animava a troca de correspondência entre os governadores do Brasil e do Maranhão, certamente tinha significados distintos para as autoridades (moradores e índios) dos dois territórios¹⁰⁰.

5. Considerações finais

Na verdade, pouco sabemos se o caminho do Brasil (ou sua contraparte, o caminho do Maranhão) vai ser de fato uma rota sistematicamente frequentada entre finais do século XVII e princípios do século XVIII¹⁰¹. Em 1698, em consulta ao rei, o próprio Conselho Ultramarino louvava as diligências feitas pelo governador Dom João de Lencastre na abertura do caminho entre os dois Estados. Entretanto, reconhecia que “havia de custar trabalho esta introdução, assim em romper as estradas como em facilitar as mais dificuldades que se podiam oferecer em negócio de tanta importância”¹⁰².

Fica claro que a abertura do caminho do Brasil e seus inúmeros desdobramentos ensejaram o reconhecimento de uma vasta “região colonial”, para usar o termo de Leonardo Rolim, que passou a ser ocupada a partir de inúmeros vetores. Se a expansão pelos sertões do

junho de 1696, encontra-se, em muito mau estado, anexa a: Carta de Gomes Freire de Andrade para o secretário do Conselho Ultramarino. Lisboa, 9 de dezembro de 1696 (AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 9, doc.928).

100 Ver, por exemplo, a troca de cartas entre o vice-rei do Brasil, o Marquês de Angeja, e autoridades do Estado do Brasil e do Estado do Maranhão, já no século XVIII, com relação à incorporação da capitania do Piauí à jurisdição do Estado do Maranhão, no contexto dos conflitos com os índios dessa região (DH, 1938, vol. 42, p. 247-252; 314-315, 338-340).

101 Já na segunda metade do século XVIII, há uma série de informações sobre os muitos caminhos que conectavam o Maranhão ao Brasil. Cf.: SILVA, Mairton Celestino da. Op. Cit.

102 Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II, 23 de janeiro de 1698 (AHU, Maranhão (Avulsos), caixa 9, doc. 957).

Piauí, por gente vinda da Bahia, já tinha sido iniciada ainda na década de 1670, é a partir dos empreendimentos em busca do caminho, em meados da década de 1680, que começa a se consolidar um outro vetor, partindo da ilha de São Luís do Maranhão.

Ocupar os sertões interiores entre o Estado do Maranhão e o Estado do Brasil significava compreender não apenas a complexidade do espaço, mas também o emaranhado das interações regionais que caracterizavam as relações entre os diversos povos indígenas que habitavam aqueles espaços. Nesse contexto têm papel fundamental *sertanejos* como João Velho do Vale – e recuperamos aqui a denominação colonial que se dava aos especialistas dos sertões do Maranhão e Pará. A sua jornada claramente procurou compreender as dinâmicas regionais e estabelecer alianças que se revelaram, contudo, instáveis com o passar do tempo.

Além dos interesses mais amplos das autoridades de ambas as províncias e da própria Coroa, a descoberta do caminho do Brasil e a expansão pelos sertões interiores, a partir da capitania do Maranhão, responderam a problemas específicos que a expansão ensejou. A extensão pelos sertões orientais espelha, no mesmo período, a expansão da economia “paraense” a ocidente, pelos sertões amazônicos. A natureza centrífuga das atividades econômicas do Estado do Maranhão e Pará estava intimamente atrelada também aos mecanismos de obtenção de trabalhadores indígenas, seriamente abalados em contextos de epidemias.

Tanto a oeste como a leste (de que nos ocupamos aqui), a expansão pelos sertões acabou ensejando, ao longo da primeira metade do século XVIII, a multiplicação dos conflitos com os índios, o estabelecimento e o rompimento de alianças e o avanço das lavouras e dos currais dos moradores da capitania do Maranhão e daqueles já estabelecidos havia anos no Piauí. Os primeiros intentos de abertura do caminho do Brasil permitiram abrir de fato caminho para as tropas, sesmarias, currais e moradores, ao longo da primeira metade do século XVIII, processo que ficou marcado pelo incremento da violência

contra os índios que “infestavam” aqueles sertões interiores, fronteiras difusas entre o Maranhão e o Brasil.

Bibliografia

- ABREU, Joao Capistrano de. *Capitulos de historia colonial (1500-1800)*. Brasilia, DF: Senado Federal, 1998.
- ALBUQUERQUE, Manuel Coelho. *Seara indigena: deslocamentos e dimensoes identitarias*. 2002. 162 f. Dissertacao (Mestrado em Historia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceara, Fortaleza, 2002.
- ALENCAR, Julio Cesar Vieira de. *Para que enfim se colonizem estes sertoes: a Camara de Natal e a Guerra dos Barbaros (1681-1722)*. 2017. 244 f. Dissertacao (Mestrado em Historia) – Centro de Ciencias Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2017.
- ALVEAL, Carmen de Oliveira. *Converting land into property in the Portuguese Atlantic world, 16th-18th century*. 2007. Tese (Doutorado em Historia) – Department of History, Johns Hopkins University, Baltimore, 2007.
- ALVEAL, Carmen; SILVA, Thyego Franklin. Na ribeira da discordia: povoamento, politicas de defesa e conflitos na capitania do Rio Grande (1680-1710). In: POSSAMAI, Paulo (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Paises Baixos e Brasil: estudos de historia militar na Idade Moderna*. Sao Leopoldo: Oikos, 2012. p. 235-249.
- ARENZ, Karl Heinz; MATOS, Frederik Luiz Andrade de. “Informacao do Estado do Maranhao”: uma relacao sobre a Amazonia portuguesa no fim do seculo XVII. *Revista do Instituto Historico e Geografico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 175, p. 352-354, 2014.
- BASTOS, Carlos Augusto. *No limiar dos imperios: a fronteira entre a Capitania do Rio Negro e a Provincia de Maynas: projetos, circulacoes e experiencias (c.1780-c.1820)*. Sao Paulo: Hucitec, 2017.
- BETTENDORFF, Joao Felipe. *Cronica dos padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhao [1698]*. Belem: FCPTN: Secult, 1990.
- BOMBARDI, Fernanda Aires. *Pelos intersticios do olhar do colonizador: descendimentos de indios no Estado do Maranhao e Grao-Para (1680-1750)*. 2014. 187 f. Dissertacao (Mestrado em Historia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciencias Humanas, Universidade de Sao Paulo, Sao Paulo, 2014.

- BRANDAO, Tanya Maria Pires. *O escravo na formacao social do Piaui: perspectiva historica do seculo XVIII*. Teresina: Editora UFPI, 1999
- BRITO, Adilson. *Insubordinados sertoes: o Imperio portugues entre guerras e fronteiras no norte da America do Sul: estado do Grao-Para, 1750-1820*. 2016. 588 f. Tese (Doutorado em Historia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciencias Humanas, Universidade de Sao Paulo, Sao Paulo, 2016.
- CAETANO, Antonio Filipe Pereira. "Para aumentar e conservar aquelas partes...": conflitos dos projetos luso-americanos para uma conquista colonial (Estado do Maranhao e Grao-Para, seculos XVII-XVIII). *Revista Estudos Amazonicos*, Belem, v. 6, n. 1, p. 2-20, 2011.
- CARDOSO, Alirio Carvalho. *Insubordinados, mas sempre devotos: poder local, acordos e conflitos no antigo Estado do Maranhao (1607-1653)*. 2002. 263 f. Dissertacao (Mestrado em Historia) – Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- CARVALHO, Francismar. *Lealdades negociadas: povos indigenas e a expansao dos imperios ibericos nas regioes centrais da America do Sul (segunda metade do seculo XVIII)*. Sao Paulo: Alameda, 2014.
- CARVALHO, Joao Renor Ferreira de. *Jornada de Joao Velho do Valle em Reconhecimento dos Rios Itapecuru, Monim, Mearim e Paraguassu (1685-1687): fazendo acordos de paz com as nacoes: Caicai, Guareti, Guanare e Charuna*. Teresina: Editora UFPI, 2015.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. Indian freedom and Indian slavery in the Portuguese Amazon. In: DONOGHUE, John; JENNINGS, Evelyn P. (org.). *Building the Atlantic empires: unfree labor and imperial states in the political economy of capitalism, ca.1500-1914*. Leiden: Brill, 2016. p. 54-71
- CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupacao e agricultura na Amazonia colonial (1640-1706)*. Belem: Acai, 2010.
- CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vanice Siqueira de. Indios, engenhos e currais na fronteira oriental do Estado do Maranhao e Para (seculo XVII). In: MOTTA, Marcia; SERRAO, Jose Vicente; MACHADO, Marina (org.). *Em terras lusas: conflitos e fronteiras no Imperio Portugues*. Vinhedo: Horizonte, 2013. p. 231-259.
- CHAVES, Joaquim (Monsenhor). *O indio no solo piauiense (monografia historica)*. 3. ed. Teresina: Fundacao Cultural Monsenhor Chaves, 1994.
- CHAVES, Otavio Ribeiro. *Politica de povoamento e a constituicao da fronteira oeste do Imperio Portugues: a capitania de Mato Grosso na segunda meta-*

- de do século XVIII. 2008. 285 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.
- CRUZ, Carlos Henrique Alves. *Tapuias e mestiços nas aldeias e sertões do Norte: conflitos, contatos e práticas “religiosas” nas fronteiras coloniais (1680-1761)*. 2018. 316 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, 2018.
- DIAS, Camila Loureiro. *L’Amazonie avant Pombal: politique, économie, territoire*. 2014. 376 f. Tese (Doutorado em História e Civilizações) – Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris, 2014.
- DIAS, Patrícia de Oliveira. *Entre os rios dos sertões*. Guerra e territorialização nos sertões dos rios Piranhas-Açu e Jaguaribe (1654-1750). 2021. 238 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, 2021.
- ENNES, Ernesto. *As guerras nos Palmares* (subsídios para sua história). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. v. 1.
- FARAGE, Nádya. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: Anpocs, 1991.
- GARCIA, Elisa Frühauf. Conquista, sexo y esclavitud en la cuenca del Rio de la Plata: Asunción y São Vicente a mediados del siglo XVI. *Americanica: Nueva Epoca*, Sevilha, v. 2, p. 39-73, 2015.
- GOMEZ GONZALEZ, Sebastian. *Frontera Selvática: españoles, portugueses y su disputa por el noroccidente amazónico, siglo XVIII*. Bogotá: ICANH, 2014.
- GUZMAN, Decio de Alencar. A colonização nas Amazonas: guerras, comércio e escravidão nos séculos XVII e XVIII. *Revista Estudos Amazonicos*, Belem, v. 3, n. 2, p. 103-139, 2008.
- HERIARTE, Mauricio de. *Descrição do Maranhão, Para, Corupa e Rio das Amazonas* [década de 1660]. Viena: C. Gerold, 1874.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- JESUS, Mirian Silva de. *Abrindo espaços: os “paulistas” na formação da capitania do Rio Grande*. 2007. 120f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007.
- LANGFUR, Hal. *The forbidden lands: colonial identity, frontier violence, and the Persistence of Brazil’s Eastern Indians, 1750-1830*. Palo Alto: Stan-

- ford University Press, 2006.
- LEITE, Ristephany Kelly da Silva. *O regresso dos Paiaku: deslocamentos e agências indígenas entre as Capitâneas do Rio Grande do Norte e Ceara (1700-1768)*. 2020. 152 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.
- LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. v. 3.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. *O devassamento do Piauí*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.
- MAIA, Ligio José de Oliveira. *Serras de Ibiapaba: de aldeia a vila de índios: vassalagem e identidade no Ceará colonial (século XVIII)*. 2010. 409 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- MEDEIROS, Ricardo Pinto. *O descobrimento dos outros: povos indígenas do sertão nordestino no período colonial*. 2000. 230 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2000.
- MEIRELES, Denise Maldini. *Guardiães da fronteira*: Rio Guapore, século XVIII. Petropolis: Vozes, 1989.
- MELLO, Marcia Eliane Alves da Silva e. *Fe e império: as Juntas das Missões nas conquistas portuguesas*. Manaus: Edua, 2009.
- MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. O Regimento das Missões: poder e negociação na Amazônia portuguesa. *Clio*, Recife, v. 27, n. 1, p. 52-54, 2009.
- MELO, Vanice Siqueira de. *Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII)*. Curitiba: Prismas, 2017.
- MONTEIRO, John. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTEIRO, John. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luis Donisete Benzi (org.). *Índios no Brasil*. Brasília, DF: Ministério da Educação e do Desporto, 1994. p. 105-120.
- MORAES, Francisco Teixeira de. Relação histórica e política dos tumultos que sucederam na cidade de S. Luiz do Maranhão [1692]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 40, pt. 2, p. 67-155,

1877.

- MOTT, Luiz. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. 2. ed. Teresina: APL: Fundac, 2010.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. *Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agro-mercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*. 2003. 435 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.
- NEVES, Tamyris Monteiro. O lícito e o ilícito: a prática dos resgates no Estado do Maranhão na primeira metade do século XVIII. *Revista Estudos Amazonicos*, Manaus, v. 7, n. 1, p. 253-273, 2012.
- NIMUENDAJU, Curt. *Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes*. Brasília, DF: Iphan, 2017.
- NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. Teresina: Imprensa Oficial do Estado do Piauí, 1966. v. 1.
- PELEGRINO, Alexandre de Carvalho. Donatários e poderes locais no Maranhão seiscentista (1621-1701). 2015. 223 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- PINHEIRO, Francisco José. Mundos em confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território. In: SOUSA, Simone de (org.). *Uma nova história do Ceará*. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. p. 17-55.
- PRADO, Fabrício Pereira. *Edge of empire: Atlantic networks and revolution in Bourbon Rio de la Plata*. Oakland: University of California Press, 2015.
- PUNTONI, Pedro. A arte da guerra no Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 53, p. 189-204. 1999.
- PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720*. São Paulo: Hucitec: Edusp, 2002.
- REITANO, Emir; POSSAMAI, Paulo (org.). *Hombres, poder y conflicto: estudios sobre la frontera colonial sudamericana y su crisis*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2015.
- RESENDE, Maria Leonia Chaves; LANGFUR, Hal. Minas expansionista, Minas mestiça: a resistência dos índios em Minas Gerais do século do ouro. *Anais de História de Além-Mar*, Lisboa, v. 9, p. 79-103, 2008.
- ROLAND, Samir Lola. *Sesmarias, índios e conflitos de terra na expansão portu-*

- guesa no vale do Parnaíba* (Maranhão e Piauí, séculos XVII e XVIII). 2018. 259 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- ROLIM, Leonardo Candido. *A rosa dos ventos dos sertões do norte: dinâmicas do território e exploração colonial (c.1660-c.1810)*. 2018. 197 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- SANTOS, Marcio Roberto Alves dos. *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. 2010. 433 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- SILVA, Edna Mara da. Território, conflito e acomodação na demarcação dos limites entre Minas Gerais e São Paulo, 1790-1820. In: SIMPOSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. *Anais Eletrônicos* [...]. Florianópolis: Anpuh, 2015. p. 1-11. Disponível em: <https://bit.ly/3tFke4d>. Acesso em: 30 nov. 2019.
- SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas solidões vastas e assustadoras: a conquista do sertão de Pernambuco pelas vilas acucareiras nos séculos XVII e XVIII*. Recife: Cepe, 2010.
- SILVA, Mairton Celestino da. *Um caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do estado do Maranhão e Piauí, 1600-1821*. 2016. 302 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2016.
- SILVA, Rafael Ricarte da. *A capitania do Siara Grande nas dinâmicas do império português: política sesmarial, guerra justa e formação de uma elite conquistadora (1679-1720)*. 2016. 264 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.
- SILVA, Rafael Ricarte da. *Formação da elite colonial dos Sertões de Mombaca: terra, família e poder (século XVIII)*. 2010. 188 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.
- SILVA, Victor Andre Costa da. *Guerra Justa e desterritorialização: os índios e as novas configurações espaciais na Capitania do Rio Grande (c. 1680-1720)*. 2020. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

- SILVEIRA, Simao Estacio da. Relacao summaria das cousas do Maranhao. *Revista Trimensal do Instituto do Ceara*, Fortaleza, t. 19, p. 124-154, 1905.
- SOUZA, Sueny Diana Oliveira de. *Usos da fronteira: terras, contrabando e relacoes sociais no Turiacu (Para-Maranhao, 1790-1852)*. 2016. 208 f. Tese (Doutorado em Historia) – Instituto de Filosofia e Ciencias Humanas, Universidade Federal do Para, Belem, 2016.
- STUMPF, Roberta Giannubilo. *Filhos das minas, americanos, portugueses: identidades coletivas na capitania das minas gerais (1763-1792)*. Sao Paulo: Hucitec, 2010.
- SZMRECSANYI, Tamas (org.). *Historia economica do periodo colonial*. 2. ed. revista. Sao Paulo: Hucitec, 2002.
- VIEIRA JUNIOR, Antonio Otaviano. *Entre paredes e bacamartes: historia da familia no sertao (1780-1850)*. Fortaleza: Democrito Rocha; Sao Paulo: Hucitec, 2004.
- VILARDAGA, Jose Carlos. Fronteiras instaveis e aliancas cambiantes: a ocupacao colonial do Guaira e as relacoes entre Villa Rica del Espiritu Santo e Sao Paulo de Piratininga entre os seculos XVI e XVII. *Revista de Indias*, Sevilha, v. 79, n. 277, p. 659-695, 2019.

Fontes

- Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, v. 66, p. 138, 1948
- Arquivo Historico Ultramarino, Maranhao (Avulsos), caixa 7, doc. 762.
- Arquivo Historico Ultramarino, Maranhao (Avulsos), caixa 7, doc. 763
- Arquivo Historico Ultramarino, Maranhao (Avulsos), caixa 7, doc. 781.
- Arquivo Historico Ultramarino, Maranhao (Avulsos), caixa 8, doc. 862
- Arquivo Historico Ultramarino, Maranhao (Avulsos), caixa 9, doc. 906.
- Arquivo Historico Ultramarino, Maranhao (Avulsos), caixa 9, doc. 928.
- Arquivo Historico Ultramarino, Maranhao (Avulsos), caixa 9, doc. 957
- Arquivo Historico Ultramarino, Maranhao (Avulsos), caixa. 9, doc. 912.
- Arquivo Historico Ultramarino, Maranhao, codice 274, ff. 112v-113.
- Arquivo Historico Ultramarino, Maranhao, codice 274, ff. 50-50v.
- Arquivo Publico do Estado do Maranhao, Copiador de Cartas, livro 24, ff.

45v-46

Arquivo Publico do Estado do Maranhao, Livro de Acordaos da Camara de Sao Luis, n. 6 (1689-1705), ff. 123-123v.

Documentos Historicos. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1938, vol. 39, p. 125-129, 139-141.

Documentos Historicos. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1938, vol. 42, p. 247-252; 314-315, 338-340.

Documentos Historicos. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Departamento Nacional do Livro, 1938, vol. 38, p. 339.

Recebido em: 30/11/2019 – Aprovado em: 20/01/2020